



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A participação de Portugal em missões internacionais de
manutenção da paz e o seu impacto na política externa

Pedro Gonçalves Mello

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientador:

Doutor João Terrenas, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A participação de Portugal em missões internacionais de
manutenção da paz e o seu impacto na política externa

Pedro Gonçalves Mello

Mestrado em Estudos Internacionais

Orientador:

Doutor João Terrenas, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

Para todos os que me apoiaram

Agradecimento

A conclusão desta dissertação representa um marco significativo, e este trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas ao longo deste percurso.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Luiz Mello e Cintia Mello, cujo amor, paciência e dedicação me proporcionaram as bases para alcançar os meus objetivos. A eles, devo tudo o que sou e o que conquistei até hoje. À minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo-me apoio incondicional e força nos momentos mais desafiantes, expresso a minha profunda gratidão.

Gostaria também de deixar o meu reconhecimento a todos os meus camaradas fuzileiros e colegas das restantes forças armadas, que, com a sua camaradagem e exemplo de dedicação ao serviço, me inspiraram a dar o meu melhor, tanto no campo profissional como académico. Vocês representam o verdadeiro espírito de união e resiliência, valores que procurei trazer para esta jornada.

Por fim, manifesto o meu sincero agradecimento ao meu orientador, Doutor João Terrenas, cuja orientação e paciência foram fundamentais para a concretização deste trabalho. As suas valiosas sugestões e o apoio constante guiaram-me em cada etapa do processo, permitindo que esta dissertação se tornasse uma realidade.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

Esta dissertação analisa a participação de Portugal em missões internacionais de paz, centrando-se nos casos de Timor-Leste e Afeganistão, com o objetivo de compreender como essas operações contribuíram para a afirmação de Portugal como um Estado democrático e para a sua inserção no sistema internacional, especialmente após o período pós-1974. A investigação utiliza uma abordagem comparativa para explorar a evolução da Política Externa Portuguesa (PEP) e as motivações subjacentes a cada intervenção, destacando o contraste entre as estratégias de *soft power* e *hard power* adotadas por Portugal em cada contexto.

A metodologia adotada combina uma análise qualitativa de fontes documentais primárias e secundárias, incluindo relatórios oficiais, publicações académicas e documentos governamentais. A seleção de Timor-Leste e Afeganistão permite uma avaliação abrangente dos diferentes contextos de intervenção, destacando os impactos dos laços culturais e históricos em Timor-Leste, bem como o papel das alianças transatlânticas e da NATO no Afeganistão.

Os resultados demonstram que a participação em Timor-Leste reforçou a imagem de Portugal como promotor da paz e defensor dos direitos humanos, consolidando laços históricos e culturais e posicionando Portugal como líder na CPLP e na ONU. Em contrapartida, a intervenção no Afeganistão evidencia o compromisso de Portugal com a segurança internacional e o seu alinhamento estratégico com a NATO, embora expusesse as limitações logísticas e operacionais de Portugal em contextos de guerra prolongada.

Conclui-se que o envolvimento de Portugal nestas missões de paz foi fundamental para a sua afirmação enquanto Estado democrático e para a sua integração em estruturas multilaterais. A dissertação contribui para o entendimento das operações internacionais de paz e da política externa portuguesa no período pós-1974, sugerindo que a PEP deve priorizar intervenções de *soft power* em regiões culturalmente próximas e ponderar o envolvimento em missões de *hard power* apenas quando alinhadas com uma estratégia multilateral clara e sustentável.

Palavras-chave: Política Externa Portuguesa, Timor-Leste, Afeganistão, Missões de Paz, *Soft Power*, *Hard Power*.

Abstract

This dissertation analyses Portugal's participation in international peacekeeping missions, focusing on the cases of Timor-Leste and Afghanistan to understand how these operations contributed to Portugal's assertion as a democratic state and its integration into the international system, particularly in the post-1974 period. This research adopts a comparative approach to explore the evolution of Portuguese Foreign Policy (PEP) and the motivations behind each intervention, highlighting the contrast between the soft power and hard power strategies adopted by Portugal in each context.

The methodology combines a qualitative analysis of primary and secondary documentary sources, including official reports, academic publications, and government documents. The selection of Timor-Leste and Afghanistan allows for a comprehensive assessment of different intervention contexts, emphasizing the impact of historical and cultural ties in Timor-Leste and the role of transatlantic alliances and NATO in Afghanistan.

The results show that Portugal's participation in Timor-Leste strengthened its image as a promoter of peace and human rights defender, consolidating historical and cultural ties and positioning Portugal as a leader in the CPLP and the UN. In contrast, the intervention in Afghanistan highlights Portugal's commitment to international security and its strategic alignment with NATO, though it also exposed logistical and operational limitations in prolonged conflict contexts.

The conclusion is that Portugal's involvement in these peacekeeping missions was crucial for its assertion as a democratic state and its integration into multilateral structures. This dissertation contributes to understanding Portuguese foreign policy and international peace operations in the post-1974 period, suggesting that PEP should prioritize soft power interventions in culturally proximate regions and consider hard power missions only when aligned with a clear and sustainable multilateral strategy.

Keywords: Portuguese Foreign Policy, Timor-Leste, Afghanistan, Peacekeeping Missions, Soft Power, Hard Power.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Glossário de Siglas	xi
Capítulo 1. Introdução	1
1.1. Contextualização e Justificação do Tema	1
1.2. Questão de Pesquisa e Objetivos do Estudo	2
1.3. Estrutura	4
Capítulo 2. Desenho de Pesquisa	5
2.1. Metodologia, Método e Fontes	5
2.2. Justificação para a Escolha dos Casos de Estudo	6
2.3. Limitações	7
Capítulo 3. Política Externa Portuguesa e Operações de Paz	11
3.1. Evolução Histórica e Contexto Pós-1974	11
3.2. Pilares da PEP	13
3.2.1. Pilar 1: Cooperação Multilateral e Participação em Alianças	13
3.2.2. Pilar 2: Promoção da Língua e Cultura Portuguesa	13
3.2.3. Pilar 3: Direitos Humanos, Desenvolvimento e Paz	14
3.2.4. Pilar 4: Defesa e Segurança Internacional	14
3.3. Outras Prioridades e Enfoques da PEP	14
3.4. Tipologia das Missões de Paz	15
3.4.1. Peacekeeping	16
3.4.2. Peace Enforcement	17
3.4.1. Peacebuilding	18
3.5. Reflexões sobre a Tipologia das Missões e a Participação Portuguesa	19
Capítulo 4. Timor-Leste	25
4.1. Raízes do Conflito	25

4.1.1. O Processo de Descolonização	25
4.1.2. A Ocupação de Timor-Leste	26
4.1.3. Consulta Popular e Consequências	27
4.2. Participação Militar Portuguesa	28
4.2.1. <i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> (UNTAET)	28
4.2.2. <i>United Nations Mission of Support in East Timor</i> (UNMISSET)	30
4.2.3. <i>United Nations Office in Timor-Leste</i> (UNOTIL)	31
4.2.4. <i>United Nations Integrated Mission in Timor-Leste</i> (UNMIT)	31
4.3. A Contribuição em Timor-Leste e a Política Externa Portuguesa: Análise	32
Capítulo 5. Afeganistão	35
5.1. Contextualização Política e Histórica	35
5.2. O Desenvolvimento Militar no Afeganistão e a Participação Portuguesa	37
5.2.1. ISAF	37
5.2.2. RSM	39
5.3. Integração com a Política Externa Portuguesa e o Impacto da Missão no Afeganistão	39
Capítulo 6. Análise Comparativa entre os Casos de Estudo na PEP	43
6.1. Timor-Leste: Análise do Papel de Portugal na Autodeterminação e Soft Power	43
6.2. Afeganistão: O Compromisso de Portugal com a NATO e a Segurança Global	44
6.3. Impacto na Cooperação Multilateral e Relações Bilaterais	45
6.4. Avaliação da Sustentabilidade das Intervenções	46
6.5. Desafios e Limitações da Diplomacia Portuguesa	47
6.6. Impacto na Política Interna e Externa de Portugal	48
6.7. A Análise Comparativa em Síntese	50
Capítulo 7. Conclusões	55
Referências Bibliográficas	59

Glossário de Siglas

APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CEE	Comunidade Económica Europeia
CNT	Conselho Nacional da Resistência Timorense
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EASTBATT	<i>East Timor Battalion</i>
EUA	Estados Unidos da América
F-FDTL	Forças de Defesa de Timor-Leste
FOE	Forças de Operações Especiais
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
GNR	Guarda Nacional Republicana
INTERFET	<i>International Force East Timor</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
ISF	<i>International Stabilisation Force</i>
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Extranjeros
MTAG	<i>Multinational Training Advisory Group</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OMLT	<i>Operational Mentoring Liaison Teams</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Política Externa Portuguesa
PKF	<i>Peacekeeping Force</i>
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PORBATT	<i>Portuguese Battalion</i>
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
RSM	<i>Resolute Support Mission</i>
UDT	União Democrática Timorense
UE	União Europeia

UN	<i>United Nations</i>
UNAMET	<i>United Nations Mission in East Timor</i>
UNAVEM	<i>United Nations Angola Verification Mission</i>
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
UNMISSET	<i>United Nations Mission of Support in East Timor</i>
UNMIT	<i>United Nations Integrated Mission in Timor-Leste</i>
UNOGIL	<i>United Nations Observation Group in Lebanon</i>
UNOTIL	<i>United Nations Office in Timor-Leste</i>
UNPROFOR	<i>United Nations Protection Force</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i>

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1. Contextualização e Justificação do Tema

Historicamente, Portugal tem desempenhado um papel significativo em operações internacionais de manutenção da paz. No contexto das prioridades da Política Externa Portuguesa (PEP), é na lusofonia que esta dimensão mais se evidencia. A relação histórica e linguística com países de língua portuguesa fornece a Portugal vantagens estratégicas e operacionais em várias missões, reforçando laços culturais e políticos que são essenciais para a sua projeção internacional. Como sublinha Maria do Céu Pinto (2012), esta participação ativa destaca não apenas o compromisso de Portugal com a segurança coletiva, mas também a sua capacidade de contribuir para a estabilidade internacional em contextos geopolíticos variados.

Portugal tem sido um dos principais contribuintes europeus per capita para operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE) (Pinto, 2012). Segundo Helena Carreiras (Vaz, 2023), este compromisso é impulsionado por múltiplos fatores, servindo como meio de fortalecer a posição de Portugal nos assuntos globais e de alinhar os seus interesses nacionais com compromissos estabelecidos em organizações internacionais.

Desde a primeira participação das forças armadas portuguesas numa operação internacional em 1958 no Líbano, com a missão *United Nations Observation Group in Lebanon* (UNOGIL), Portugal foi gradualmente aumentando o seu envolvimento. Após o término da Guerra Fria, verifica-se uma participação mais expressiva, abrangendo diversos contextos geográficos, como foi o caso de Angola com a *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM). Esta trajetória reflete a abordagem multifacetada de Portugal na manutenção da paz, marcada por uma interação entre legados históricos, interesses geopolíticos atuais e o compromisso com a defesa da paz e segurança internacionais.

A análise proposta nesta dissertação justifica-se pela necessidade de compreender a evolução da política externa de Portugal no âmbito das suas participações em missões internacionais de manutenção da paz, um tema de grande relevância na história contemporânea do país. Esta investigação permite não apenas avaliar o impacto dessas operações na política externa portuguesa, mas também compreender o papel de Portugal na cena internacional, particularmente no contexto de sua transição de um império colonial para um estado democrático e sua subsequente integração em estruturas europeias e transatlânticas (Teixeira, 2010).

Dessa forma, esta dissertação contribui para a literatura existente sobre as missões internacionais de paz, ao explorar o impacto das intervenções de Portugal no cenário diplomático global e na política externa nacional. Ao analisar estas missões, destaca-se a capacidade de Portugal em utilizar vantagens históricas e operacionais para reforçar a sua posição internacional, consolidando-se como um ator relevante em contextos multilaterais de segurança e cooperação.

1.2. Questão de Pesquisa e Objetivos do Estudo

A participação de Portugal em missões internacionais de manutenção da paz tornou-se um componente essencial da sua política externa, especialmente após a Revolução dos Cravos em 1974. Este trabalho propõe-se a investigar de que forma essas intervenções têm influenciado a posição de Portugal como um ator relevante no cenário global, enquanto refletem a sua adaptação a novos paradigmas internacionais. A questão central que norteia este estudo é: “De que forma o envolvimento em missões internacionais foi crucial para a afirmação de Portugal enquanto Estado democrático e para a sua inserção no sistema internacional?”

Para responder a essa questão principal, esta dissertação explora algumas subquestões específicas:

“De que formas a participação nas operações de paz em Timor-Leste e no Afeganistão moldaram a abordagem de Portugal à cooperação internacional e à resolução de conflitos?” Esta subquestão procura avaliar como essas missões contribuíram para uma evolução no estilo de atuação internacional de Portugal, abordando o desenvolvimento de novas práticas de cooperação multilateral e a transição para uma diplomacia que combina elementos de *soft power* e *hard power*.

“Em que medida a participação nestas missões de paz contribuiu para fortalecer o papel de Portugal nas alianças estratégicas, como a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), e para granjear prestígio ao país em organizações multilaterais como a ONU?” Ao investigar esta questão, a dissertação examina o impacto do envolvimento português em operações de paz sobre a sua visibilidade e influência junto de aliados e parceiros internacionais, considerando também o seu compromisso com princípios de segurança coletiva e cooperação multilateral.

“Até que ponto podemos considerar a participação nas missões internacionais como essencial para romper com o legado colonial e afirmar a transformação da política externa portuguesa no pós-1974?” Com esta subquestão, busca-se compreender como o engajamento de Portugal em missões de paz, especialmente em nações com laços históricos e culturais, ajudou a consolidar sua identidade como um Estado democrático e comprometido com valores universais, distanciando-se do passado colonial.

Para abordar estas questões, esta dissertação tem como objetivo principal compreender de que forma o envolvimento de Portugal em missões internacionais de paz reflete uma rutura significativa com o seu legado colonial e marca uma nova fase de inserção no cenário global. Especificamente, a análise busca ilustrar como Portugal, ao integrar-se em alianças multilaterais como a NATO e a ONU, vem assumindo um papel ativo em missões que promovem a paz e a segurança internacionais.

Ao longo da dissertação, serão explorados os casos específicos de Timor-Leste e Afeganistão, que representam contextos contrastantes de intervenção. Em Timor-Leste, Portugal contribuiu significativamente para o desenvolvimento e estabilização da nação lusófona através de uma abordagem de *soft power*. Em contraste, a intervenção no Afeganistão ilustra o compromisso de Portugal com a NATO e seu papel em operações de *hard power*. Estes estudos de caso servirão para avaliar como experiências em diferentes cenários geopolíticos moldaram a estratégia de Portugal na resolução de conflitos, na cooperação internacional e na diplomacia multilateral, reforçando a sua imagem como um defensor da paz e dos direitos humanos.

Por fim, a dissertação pretende oferecer uma contribuição relevante para a literatura sobre as operações internacionais de paz e a política externa portuguesa no período pós-1974, destacando o impacto dessas missões na trajetória diplomática do país e propondo recomendações práticas para futuras intervenções em missões de paz.

1.3. Estrutura

A dissertação está organizada em sete capítulos principais. O primeiro capítulo, a Introdução, apresenta a contextualização e a justificativa do tema, além de definir a questão central, subquestões e os objetivos do estudo. O segundo capítulo, Desenho de Pesquisa, descreve a metodologia utilizada, enfatizando a abordagem qualitativa baseada no método comparativo, e justifica a escolha dos casos de estudo em Timor-Leste e Afeganistão.

O Capítulo 3, Política Externa Portuguesa e Operações de Paz, integra a evolução histórica da Política Externa Portuguesa desde o período pós-Revolução dos Cravos e introduz a tipologia das missões de paz, contextualizando a atuação de Portugal nestes cenários de intervenção.

No quarto capítulo, é discutido o envolvimento de Portugal na estabilização de Timor-Leste, enfatizando o uso do *soft power* na cooperação internacional. O quinto capítulo, por sua vez, trata da participação portuguesa nas missões da NATO no Afeganistão, destacando as operações de *peace enforcement* e os desafios enfrentados.

O sexto capítulo apresenta uma análise comparativa entre as intervenções em Timor-Leste e no Afeganistão, explorando as diferenças contextuais e as estratégias adotadas. Por fim, o sétimo capítulo, Conclusões, avalia criticamente o impacto da participação de Portugal em missões de paz na sua política externa e oferece recomendações para futuras intervenções.

Desenho de Pesquisa

2.1. Metodologia, Método e Fontes

Nesta dissertação, adoto uma abordagem metodológica qualitativa, com base no método comparativo. Esta escolha é justificada pela natureza da análise pretendida, que visa explorar de forma profunda as nuances da participação de Portugal em diferentes missões de paz e o impacto destas na sua política externa.

O método comparativo foi selecionado por proporcionar uma análise detalhada de dois casos de estudo – Timor-Leste e Afeganistão –, cujas realidades, embora distintas, permitem revelar padrões e contrastes no envolvimento de Portugal em operações internacionais. Esta metodologia é particularmente adequada para analisar as diferentes motivações, desafios e resultados dessas missões, destacando tanto a utilização do *soft power* em Timor-Leste quanto do *hard power* no Afeganistão (Teixeira, 2010; Branco, 2015).

A pesquisa baseia-se sobretudo na análise documental de fontes primárias e secundárias, que incluem relatórios oficiais, documentos governamentais, publicações de organizações internacionais, artigos académicos e livros relevantes para o tema. A seleção dos documentos seguiu critérios rigorosos de relevância, autenticidade e representatividade, garantindo que a análise seja informada por fontes fiáveis e abrangentes. Entre os autores consultados, destacam-se estudiosos como Nuno Severiano Teixeira, Vanda Amaro Dias, Helena Carreiras e Carlos Morgado Braz, cujas obras fornecem uma base sólida para a discussão sobre a política externa portuguesa e as operações de paz.

Dada a natureza qualitativa da investigação, não são incluídos dados quantitativos, uma vez que o foco principal recai sobre a interpretação e análise de fontes que permitam explorar as motivações políticas, sociais e culturais que influenciam a participação de Portugal nas missões de paz. A escolha de uma abordagem qualitativa reflete, assim, o objetivo de aprofundar a compreensão do contexto e das dinâmicas que moldaram a participação portuguesa, sem recorrer à quantificação de dados numéricos.

Esta metodologia baseia-se em trabalhos como o de Branco (2015) e Carrilho (2001), que sublinham a importância do contexto histórico e diplomático nas missões de paz. Assim, o método comparativo adotado permite identificar semelhanças e diferenças cruciais entre as missões em Timor-Leste e no Afeganistão, elucidando os diferentes objetivos e estratégias seguidas por Portugal em cada uma delas. A abordagem qualitativa também se revela eficaz na análise das relações de poder e das implicações geopolíticas dessas missões, conforme discutido por autores como Teixeira (2010).

Ao adotar esta metodologia, esta dissertação visa oferecer uma análise crítica e comparativa que contribua para uma melhor compreensão do impacto das missões de paz na política externa portuguesa, em linha com a evolução dos compromissos internacionais de Portugal no contexto das relações multilaterais e da segurança global.

2.2. Justificação para a Escolha dos Casos de Estudo

A seleção dos casos de estudo em Timor-Leste e no Afeganistão baseia-se na relevância histórica, geopolítica e estratégica de cada missão para a política externa portuguesa. Esta escolha é justificada pela capacidade de cada caso proporcionar uma visão aprofundada e comparativa dos diferentes aspetos da política externa de Portugal, desde a promoção da língua e cultura portuguesas até à integração em estruturas de segurança internacionais.

Timor-Leste é considerado um caso de estudo essencial devido ao compromisso de Portugal com a promoção da democracia e a assistência a nações que partilham laços históricos e linguísticos com o país. A intervenção de Portugal em Timor-Leste destacou-se como uma das mais significativas em termos de recursos e empenho diplomático. Segundo Branco (2015), "Timor-Leste foi de longe o teatro de operações onde Portugal consumiu mais recursos," refletindo a importância estratégica desta missão. Além disso, a singularidade desta intervenção permitiu a Portugal afirmar-se como um mediador e promotor de estabilidade, demonstrando a sua capacidade de influenciar positivamente os processos de paz e reconstrução nacional.

Afeganistão, por sua vez, é crucial para compreender a evolução da política externa e militar de Portugal no contexto das operações internacionais de paz e segurança. A participação portuguesa na missão da NATO no Afeganistão, especialmente no âmbito da *International Security Assistance Force* (ISAF), ilustra o compromisso do país com a segurança global e a luta contra o terrorismo, em linha com os seus aliados internacionais. A presença de Portugal nesta missão representa uma adaptação a um contexto de intervenção multilateral que difere significativamente de Timor-Leste, oferecendo um contraste claro entre a abordagem de *soft power* em Timor e a de *hard power* no Afeganistão.

Desta forma, a escolha de Timor-Leste e Afeganistão como casos de estudo visa não apenas oferecer uma análise comparativa rica, mas também proporcionar uma compreensão abrangente do impacto multifacetado da participação de Portugal em missões de paz internacionais. Ambos os casos permitem avaliar como as intervenções de Portugal contribuíram para a consolidação da sua política externa, e como o país se posicionou estrategicamente em cenários de intervenção multilateral.

2.3. Limitações

Esta investigação, embora forneça uma análise detalhada sobre a participação de Portugal em missões internacionais de paz e o impacto na sua política externa, apresenta algumas limitações que devem ser consideradas.

Em primeiro lugar, a disponibilidade e acessibilidade de documentos representa um dos principais constrangimentos. Muitos dos dados essenciais para compreender as operações militares e diplomáticas permanecem classificados ou restritos, particularmente em missões mais recentes e sensíveis, como no Afeganistão. Isto condiciona a profundidade da análise, uma vez que parte da informação relevante não está disponível para consulta pública. No caso de Timor-Leste, onde o envolvimento de Portugal é mais documentado, há uma maior amplitude de fontes. Contudo, no contexto do Afeganistão, a falta de acesso a documentação detalhada sobre as operações limita uma visão mais completa das decisões estratégicas e políticas envolvidas.

Além disso, a seleção dos casos de estudo incide sobre Timor-Leste e Afeganistão, o que, apesar de permitir uma comparação rica e significativa entre contextos diferentes, pode deixar de fora outros casos relevantes. Portugal participou em outras missões internacionais de relevo, como no Kosovo ou na Bósnia-Herzegovina, que poderiam ter oferecido uma visão mais ampla sobre a política externa portuguesa. A escolha destes dois casos, apesar de justificada pelo contraste claro entre *soft power* e *hard power*, pode limitar o alcance da análise a uma perspetiva mais restrita. A inclusão de outros exemplos de intervenções poderia ter permitido uma análise mais abrangente e completa do papel de Portugal em missões de paz.

Relativamente à abordagem comparativa e qualitativa, ainda que esta metodologia seja adequada para o tipo de análise pretendida, apresenta também limitações. A dependência de fontes documentais, que são por vezes limitadas, especialmente no caso do Afeganistão, restringe o acesso a certos dados essenciais. A opção por uma abordagem puramente qualitativa, embora pertinente, exclui uma análise quantitativa que poderia enriquecer a investigação, nomeadamente em aspetos como o impacto económico das missões ou a perceção pública sobre o envolvimento de Portugal. Embora o foco da dissertação seja a análise comparativa, a ausência de dados quantitativos pode reduzir a capacidade de aferir com precisão alguns dos impactos mais mensuráveis destas missões.

A temporalidade também surge como um constrangimento significativo. O estudo foca-se em períodos temporais específicos das missões, mas os efeitos a longo prazo, especialmente no caso do Afeganistão, continuam a evoluir. A recente retirada das forças internacionais do Afeganistão e o regresso dos Talibãs ao poder em 2021 lançam dúvidas sobre a eficácia e os resultados da missão internacional, o que complica a avaliação definitiva do impacto da participação portuguesa. Este desfecho recente dificulta a formulação de conclusões firmes quanto ao sucesso ou insucesso da missão, uma vez que as implicações para a política externa de Portugal e para as suas alianças internacionais ainda não estão totalmente definidas.

Por fim, as especificidades geopolíticas de cada caso apresentam desafios à generalização dos resultados. No caso de Timor-Leste, Portugal tinha uma relação histórica e cultural forte, o que facilitou a intervenção e o sucesso da diplomacia baseada no *soft power*. Já no Afeganistão, um país sem laços históricos com Portugal, a intervenção foi marcada por um envolvimento mais distante, dependente do quadro multilateral da NATO, o que limitou a influência direta de Portugal. Estas diferenças entre os dois contextos tornam mais difícil extrapolar as conclusões da política externa portuguesa para outros cenários de intervenção.

Estas limitações não comprometem a validade da investigação, mas devem ser tidas em conta ao interpretar os resultados. No futuro, a inclusão de mais casos de estudo e o acesso a documentos adicionais poderão permitir uma compreensão mais completa e aprofundada sobre o papel de Portugal em missões internacionais de paz e a evolução da sua política externa.

Política Externa Portuguesa e Operações de Paz

A PEP pode ser compreendida como o conjunto de ações e estratégias implementadas por Portugal para defender e promover os seus interesses no cenário internacional. De acordo com Mendes (2019), a PEP visa garantir a inserção de Portugal em alianças estratégicas e consolidar a sua presença como um ator relevante na manutenção da paz e segurança global. Historicamente, a política externa portuguesa foi moldada por diferentes contextos geopolíticos, passando por um processo de adaptação às mudanças internas e externas, desde a Revolução dos Cravos até à adesão à União Europeia e à NATO.

A PEP tem como objetivos principais o fortalecimento das suas alianças multilaterais, a promoção da língua e da cultura portuguesa, o apoio aos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Estes pilares são fundamentais para definir as prioridades da política externa, bem como para direcionar as suas intervenções em missões internacionais de paz e segurança (Pereira, 2018). Neste sentido, Portugal procura posicionar-se como um ator influente na arena internacional, atuando através de uma combinação de *soft power*, baseado na diplomacia cultural, e *hard power*, através de contribuições em missões militares no âmbito da NATO e das UN.

Para o Governo de Portugal (Pereira, 2018), a PEP é entendida como um meio para promover os valores universais de paz, liberdade e democracia, sustentando-se em princípios de cooperação e solidariedade internacional. A participação ativa em alianças estratégicas, como a UE e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é vista como um pilar essencial para o sucesso da PEP, permitindo a Portugal influenciar as dinâmicas regionais e globais de forma colaborativa e construtiva.

Nos capítulos seguintes, será analisada a forma como a PEP evoluiu desde o pós-1974 e como estes pilares foram aplicados em contextos de intervenção internacional, como as missões em Timor-Leste e no Afeganistão. Através desta análise, pretende-se compreender como a PEP orientou a atuação externa de Portugal, garantindo a sua relevância num cenário global cada vez mais interdependente.

3.1. Evolução Histórica e Contexto Pós-1974

A Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974, marcou um ponto de viragem decisivo na história de Portugal e na formulação da sua política externa. O fim do regime autoritário e colonial deu

início a uma nova era democrática, onde a política externa se distanciou do foco colonialista e procurou novas alianças internacionais e uma maior integração no sistema multilateral. Este período de transformação levou ao desenvolvimento de uma política externa orientada para a cooperação e a promoção dos direitos humanos, com uma ênfase crescente na diplomacia cultural e no fortalecimento das relações multilaterais (Oliveira, 2016).

Com a adesão à NATO em 1949 e à Comunidade Europeia em 1986, Portugal reafirmou o seu compromisso com os princípios de cooperação multilateral e segurança coletiva. A NATO desempenhou um papel crucial na estratégia de segurança de Portugal, permitindo ao país afirmar-se como um parceiro ativo nas operações de manutenção de paz e na defesa coletiva no Atlântico Norte. A entrada na Comunidade Europeia foi um marco importante para a consolidação da PEP, facilitando a modernização económica e política de Portugal e fortalecendo as suas ligações com o resto da Europa.

Outro desenvolvimento significativo na PEP foi a criação da CPLP em 1996, que refletiu o empenho de Portugal na diplomacia cultural e na promoção da língua portuguesa como uma ferramenta de cooperação internacional. A CPLP surgiu como uma plataforma de união entre países lusófonos, promovendo a cooperação política, económica e cultural, e reforçando o papel de Portugal como um mediador internacional e defensor dos valores de liberdade, democracia e direitos humanos (Pereira, 2018). De acordo com Silva Ferreira (2019), a CPLP consolidou a estratégia de *soft power* de Portugal, ao valorizar as suas relações históricas e culturais com os países de expressão portuguesa.

A transição de uma política colonial para uma política de cooperação internacional e multilateral não se deu sem desafios. Portugal precisou de redefinir a sua posição num contexto global em transformação, adaptando-se às novas realidades internacionais e afirmando-se como um Estado comprometido com a paz e a cooperação. Este esforço de adaptação foi fundamental para estabelecer as bases da atual PEP, permitindo a Portugal afirmar-se como um ator relevante em organizações como as UE, a NATO, e a UN.

Nos anos seguintes à adesão europeia, a PEP continuou a evoluir, com Portugal a procurar equilibrar a sua participação em operações de *hard power*, através de missões militares, e a sua aposta em ações de *soft power*, como as missões de desenvolvimento e promoção da língua. Esta evolução permitiu ao país afirmar-se como um mediador e defensor de soluções pacíficas para conflitos internacionais, contribuindo para a construção de uma política externa baseada em valores universais, como a paz, a solidariedade e a cooperação internacional (Pereira, 2018).

Em resumo, a evolução histórica da PEP pós-1974 reflete uma transição estratégica de Portugal de uma antiga potência colonial para um Estado democrático e cooperativo, focado em fortalecer as suas alianças multilaterais e promover os seus valores culturais e diplomáticos. Este contexto histórico permitiu ao país estabelecer as bases de uma política externa moderna, voltada para a cooperação internacional e a defesa de princípios de segurança coletiva e direitos humanos.

3.2. Os Pilares da PEP

A PEP é guiada por um conjunto de pilares e prioridades estratégicas que refletem os interesses nacionais e orientam as ações de Portugal no cenário internacional. Esses pilares e prioridades são fundamentais para garantir uma política externa coerente e adaptável, que responda aos desafios globais, enquanto promove os valores e interesses do país.

3.2.1. Pilar 1: Cooperação Multilateral e Participação em Alianças

A cooperação multilateral é um dos pilares centrais da PEP, com Portugal a procurar fortalecer a sua posição através da participação ativa em organizações internacionais, como a NATO, a UE e a CPLP. Este enfoque multilateral reflete o compromisso de Portugal com a manutenção da paz, segurança e desenvolvimento sustentáveis, consolidando a sua posição como um parceiro confiável e um mediador em questões globais (Rodrigues, 2020). A criação da CPLP, em 1996, foi um marco significativo na estratégia multilateral de Portugal, refletindo o empenho em reforçar a cooperação política e cultural entre os países de língua portuguesa e em consolidar o seu papel na diplomacia internacional (Ferreira, 2019).

3.2.2. Pilar 2: Promoção da Língua e Cultura Portuguesa

A promoção da língua e cultura portuguesas é uma prioridade estratégica da PEP, através da qual Portugal utiliza o *soft power* para reforçar as suas relações internacionais. Este pilar centra-se na preservação e promoção da lusofonia como um elo de identidade e coesão entre os países de expressão portuguesa, sendo um elemento-chave na diplomacia cultural de Portugal. Em Timor-Leste, por exemplo, a reintrodução do português e o apoio ao sistema educativo desempenharam um papel fundamental na reconstrução do país e no fortalecimento das relações bilaterais (Galdino, 2012). De acordo com Caetano (2012), a promoção da língua portuguesa é uma ferramenta de influência e cooperação, que reforça os laços culturais e históricos entre Portugal e os países lusófonos.

3.2.3. Pilar 3: Direitos Humanos, Desenvolvimento e Paz

O compromisso de Portugal com os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a promoção da paz são um pilar fundamental da PEP. Portugal procura alinhar a sua política externa com os princípios universais de direitos humanos, paz e democracia, contribuindo para a construção de instituições fortes e sustentáveis em regiões pós-conflito. Este compromisso é evidente nas missões em Timor-Leste, onde a ação de Portugal se centrou na construção de instituições democráticas e na promoção do desenvolvimento económico e social (Ferreira, 2019). Freitas (2018) destaca que Portugal se apresenta como um defensor ativo de soluções diplomáticas e políticas externas orientadas para o desenvolvimento e a estabilidade.

3.2.4. Pilar 4: Defesa e Segurança Internacional

A segurança internacional é outro pilar fundamental da PEP, refletindo o compromisso de Portugal com a defesa coletiva e a manutenção da paz e estabilidade globais. A participação de Portugal em missões de *hard power*, como no Afeganistão, demonstra a sua disposição em contribuir para a defesa e estabilização de regiões de conflito (Pereira, 2011). Mesmo com limitações militares, Portugal procura desempenhar um papel ativo na segurança internacional, participando em operações multilaterais da NATO e promovendo ações conjuntas para a paz e segurança (Rodrigues, 2020).

3.3. Outras Prioridades e Enfoques da PEP

Além destes pilares, a PEP é orientada por outras prioridades estratégicas que refletem os interesses nacionais em várias áreas. Entre essas prioridades, destacam-se a promoção dos interesses económicos e comerciais de Portugal, a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro e a consolidação de relações bilaterais com países de importância estratégica. O Ministério dos Negócios Estrangeiros (2021) identifica o fortalecimento das relações económicas como uma área prioritária para expandir a presença das empresas portuguesas no mercado global e atrair investimentos estrangeiros.

A promoção da lusofonia, como parte da diplomacia cultural, e a proteção dos cidadãos no estrangeiro são também enfoques centrais da PEP. O governo português enfatiza a importância de uma rede consular eficiente e preparada para responder a crises internacionais, refletindo a sua preocupação com a diáspora e o seu papel na promoção da identidade nacional.

A PEP é orientada por uma abordagem estratégica abrangente, baseada na cooperação multilateral, na promoção cultural, no compromisso com os direitos humanos e na segurança internacional. Através desses pilares, Portugal procura promover a paz e a estabilidade globais, consolidando as suas alianças e reforçando a sua presença em organizações multilaterais. Para alcançar esses objetivos, a PEP utiliza uma combinação de *soft power* e *hard power*, adaptando-se aos desafios globais e regionais.

Ao explorar a tipologia das missões de paz, diferenciando entre *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding*, é possível compreender como Portugal desempenhou papéis distintos e significativos em cada tipo de operação. Cada missão reflete um aspeto específico dos pilares da Política Externa Portuguesa, como o compromisso com a segurança internacional, a cooperação multilateral e a promoção dos direitos humanos. Ao longo dessas missões, Portugal adaptou suas estratégias para maximizar o impacto de suas contribuições e reforçar seu papel como promotor da paz e da estabilidade global, implementando sua estratégia de cooperação em contextos variados e complexos. Dessa forma, a atuação portuguesa em cada tipo de missão evidencia o comprometimento do país em alinhar sua política externa com os valores e objetivos das alianças internacionais, como a ONU e a NATO, enquanto promove a segurança e o desenvolvimento sustentável em regiões vulneráveis.

3.4. Tipologia das Missões de Paz

A evolução das missões de paz no cenário internacional reflete as mudanças nas dinâmicas de conflito e nos objetivos das intervenções multilaterais. Estas operações podem ser classificadas em diferentes tipologias, cada uma delas com características, objetivos e estratégias próprias. Esta divisão é essencial para compreender as abordagens adotadas por países como Portugal, que têm desempenhado um papel ativo nestas missões através de um compromisso com a segurança internacional e a promoção da paz.

De acordo com a tipologia amplamente aceita, as missões de paz podem ser divididas em três categorias principais: *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding* (Faganello, 2013). As operações de *peacekeeping* são tradicionalmente associadas à manutenção da paz, envolvendo a presença neutral de forças internacionais para monitorizar acordos de cessar-fogo e garantir a estabilidade entre as partes envolvidas. Já as operações de *peace enforcement* são caracterizadas pela imposição de medidas de segurança e, em alguns casos, pela utilização da força para restaurar a paz e a ordem (Lanza, 2020). Por fim, as operações de *peacebuilding* destinam-se à reconstrução pós-conflito e à construção de instituições sólidas e inclusivas, visando a prevenção de novos conflitos e a promoção do desenvolvimento sustentável (Nader, 2018).

Esta classificação é fundamental para a análise das missões de paz nas quais Portugal se tem envolvido, pois permite explorar de forma mais detalhada as especificidades de cada intervenção e como estas se alinham com os pilares da PEP. Desta forma, os próximos subcapítulos pretendem abordar as definições, características e exemplos de missões portuguesas em cada uma destas tipologias, bem como analisar a sua ligação com os objetivos estratégicos de Portugal.

3.4.1. Peacekeeping

As missões de *peacekeeping* são uma das principais formas de intervenção da comunidade internacional em regiões de conflito. Segundo a definição adotada pelas UN, estas operações têm como objetivo manter e supervisionar cessar-fogos, acordos de paz ou estabilizar situações que possam desestabilizar ainda mais o cenário internacional (Faganello, 2013). As operações de *peacekeeping* são geralmente caracterizadas pela presença de forças internacionais neutras, que atuam com o consentimento das partes em conflito e, em grande parte dos casos, desarmadas, buscando proteger civis e garantir o respeito pelos direitos humanos (Barbosa, 2009).

Entre as missões de *peacekeeping* realizadas por Portugal, destacam-se, por exemplo, a sua participação na missão da UNPROFOR, na Bósnia-Herzegovina, e na *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), no Líbano. Essas operações ilustram o compromisso de Portugal com a cooperação multilateral, sendo coerentes com os pilares da PEP, como o respeito pelo multilateralismo e o fortalecimento da segurança coletiva (Carreiras, 1999).

Além disso, observa-se que as missões de *peacekeeping* têm evoluído ao longo das últimas décadas para responder a novas dinâmicas e desafios emergentes. O conceito tradicional de *peacekeeping*, que limitava a atuação das forças internacionais à manutenção de acordos de paz entre estados, deu lugar a um modelo mais multidimensional. As novas operações aliam objetivos militares e civis, promovendo o apoio ao desenvolvimento institucional e à proteção dos direitos humanos nas regiões de intervenção (Kemer, Pereira & Blanco, 2016).

A participação de Portugal nestas operações, e a sua colaboração com parceiros internacionais, reflete uma política ativa de compromisso com a paz e segurança internacionais. As missões de *peacekeeping* desempenham um papel crucial no cumprimento do pilar de "Cooperação Multilateral e Participação em Alianças" da PEP, reforçando a presença e influência do país em organismos internacionais e consolidando a sua posição como promotor da paz mundial.

3.4.2. Peace Enforcement

As missões de *peace enforcement* distinguem-se das operações tradicionais de *peacekeeping* pelo uso autorizado da força, de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, para restaurar ou manter a paz em regiões de conflito (Fernandes, 2008). Estas missões são desencadeadas em contextos onde não existe um acordo de cessar-fogo estabelecido ou em situações de instabilidade que possam comprometer a segurança regional e internacional (Carvalho, 2008).

Em contrapartida às missões de *peacekeeping*, que são conduzidas com o consentimento das partes envolvidas no conflito, as operações de *peace enforcement* não necessitam de um consentimento prévio e visam, muitas vezes, impor a paz através de uma intervenção militar mais robusta. Este tipo de operação é particularmente desafiador, pois envolve um compromisso com a imposição da ordem através da aplicação de força militar, mas sempre respeitando as normas internacionais (Oliveira, 2020).

Portugal tem desempenhado um papel significativo em missões de *peace enforcement*, especialmente em colaborações no âmbito da NATO e da UE (Xavier & Actis, 2020). Um exemplo relevante é a participação portuguesa na intervenção no Afeganistão, onde forças militares portuguesas estiveram envolvidas em missões de estabilização com um mandato robusto de imposição da paz. Estas operações são coerentes com o pilar de "Defesa e Segurança Internacional" da PEP, demonstrando a disposição do país em atuar de forma proativa na garantia da segurança global.

O conceito de *peace enforcement* está intimamente ligado a uma visão de segurança que envolve o uso de medidas coercivas para proteger civis e evitar o colapso de estados em crise. As missões portuguesas neste âmbito refletem o compromisso do país com o cumprimento das suas obrigações internacionais, em colaboração com aliados estratégicos e sob a égide das UN (Freira, 2015).

3.4.3. Peacebuilding

As missões de *peacebuilding* são concebidas com o objetivo de reconstruir e estabilizar sociedades em cenários pós-conflito, promovendo a criação de instituições sólidas e a recuperação social e económica das comunidades afetadas (Freira, 2015). A definição amplamente aceita de *peacebuilding* vai além da simples ausência de conflitos; envolve a construção de uma paz duradoura através de iniciativas que abrangem desde a reconstrução física de infraestruturas até o fortalecimento de instituições democráticas e jurídicas (Nascimento, 2014).

No contexto das operações internacionais, Portugal tem contribuído significativamente para missões de *peacebuilding*, especialmente através do apoio a processos de desenvolvimento institucional e da promoção da boa governação. Um exemplo emblemático foi a participação portuguesa em Timor-Leste, onde o envolvimento incluiu a reestruturação de instituições governamentais e o apoio a ações de formação nas áreas de justiça e segurança (Freira, 2015). Esta intervenção reflete a estratégia de *soft power* de Portugal, que alinha o seu compromisso com a construção da paz aos pilares da PEP, em particular, a promoção da "Língua e Cultura Portuguesa" e "Direitos Humanos e Desenvolvimento".

As características fundamentais das missões de *peacebuilding* incluem o foco na resolução de causas subjacentes dos conflitos, a promoção da justiça social e a reconstrução da confiança entre as comunidades afetadas. Diferentemente das operações de *peace enforcement*, que empregam a força para restaurar a ordem, as missões de *peacebuilding* enfatizam abordagens participativas e inclusivas, muitas vezes envolvendo a colaboração com organizações não-governamentais e atores locais (Nascimento, 2014).

O envolvimento português em missões de *peacebuilding* também demonstra o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e a estabilidade internacional, alinhando-se ao pilar de "Defesa e Segurança Internacional" da PEP. O investimento em missões desta natureza mostra que Portugal não se limita a responder às crises, mas também atua para evitar a recorrência de conflitos, contribuindo para uma paz sustentável a longo prazo (Saraiva, 2010).

3.5. Reflexões sobre a Tipologia das Missões e a Participação Portuguesa

As missões de paz analisadas demonstram uma clara evolução das intervenções internacionais no contexto dos conflitos contemporâneos. A classificação em *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding* oferece uma lente útil para compreender as diferentes abordagens e os objetivos específicos de cada operação (Barbosa, 2009; Fernandes, 2008). Cada uma destas tipologias reflete um compromisso distinto com a manutenção da paz e da segurança internacional, mas partilham o objetivo comum de promover a estabilidade em regiões vulneráveis.

Desde o 25 de Abril de 1974, Portugal tem se destacado pela sua participação ativa em missões de paz, refletindo um compromisso renovado com a segurança internacional, a defesa dos direitos humanos e a promoção da estabilidade global (Dias, 2019; Freire, 2002). O envolvimento português, especialmente sob as diretrizes de organizações como a ONU, NATO e União Europeia, representa uma virada significativa na política externa do país, que passou de uma potência colonial para um colaborador ativo na manutenção da paz (Santos, 2011; Reis & Menezes, 2020). Este papel fortalece as alianças estratégicas de Portugal e projeta uma imagem de promotor de valores democráticos e de cooperação multilateral (Xavier & Actis, 2020).

Portugal desempenhou papéis diversos em missões como a UNAVEM em Angola, UNIFIL no Líbano, e ISAF no Afeganistão. A missão UNAVEM, iniciada em 1991, foi uma das primeiras missões pós-coloniais em que Portugal participou. Nessa missão, o contingente português apoiou a implementação dos acordos de paz e colaborou com operações de monitoramento do cessar-fogo durante a guerra civil angolana. Essa participação reforçou os laços de Portugal com a ONU e marcou sua entrada em operações de paz em países africanos de língua portuguesa (Carreiras, 1999).

Na missão UNIFIL, entre 2006 e 2012, Portugal participou com unidades militares focadas na estabilização e monitoramento do cessar-fogo entre as forças israelenses e libanesas. A contribuição portuguesa incluiu operações de patrulhamento e atividades de manutenção da paz, enfatizando a importância de Portugal nas operações de segurança coletiva e seu compromisso com a estabilidade no Oriente Médio (Faganello, 2013). A experiência no Líbano evidenciou a capacidade das Forças Armadas Portuguesas de atuarem em zonas de conflito prolongado, aprimorando sua capacidade de resposta rápida e destacando-se como um parceiro confiável para a ONU.

Outro exemplo notável foi a participação na missão ISAF no Afeganistão, de 2002 a 2014. Nessa operação da NATO, Portugal contribuiu significativamente com forças de elite, incluindo as Forças de Operações Especiais (FOE), que desempenharam um papel crucial em atividades de assistência militar e treinamento das forças de segurança afegãs (Reis & Menezes, 2020). As FOE foram essenciais para a implementação de estratégias de contrainsurgência e desenvolvimento de capacidades locais, além de atuarem em operações diretas de segurança em regiões de alto risco. Esta missão representou um marco para as FOE como um instrumento diplomático-militar de Portugal, aumentando a interoperabilidade com os aliados da NATO e promovendo o *soft power* português em um contexto de *hard power* (Reis & Menezes, 2020).

Também a missão *International Force East Timor* (INTERFET) em Timor-Leste, que ocorreu em 1999, é um exemplo relevante. Portugal desempenhou um papel fundamental em apoio à independência de Timor-Leste, sua antiga colônia, atuando na estabilização e proteção dos civis. A missão, que inicialmente estava sob a liderança da Austrália, foi posteriormente transferida para a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), com Portugal mantendo uma presença contínua para apoiar a formação das forças de segurança locais e o desenvolvimento institucional. Esse envolvimento reforçou os laços históricos entre Portugal e Timor-Leste e projetou a imagem de Portugal como defensor da autodeterminação e da estabilidade em nações emergentes (Freire, 2015).

Segue-se o Quadro 3.1, que apresenta uma visão detalhada das principais missões de paz e segurança em que Portugal participou, destacando a localização, organização, tipo de operação e as forças envolvidas, evidenciando o compromisso contínuo do país com a segurança internacional e a cooperação multilateral.

Quadro 3.1 – Participação portuguesa nas missões de paz pós-1974

Missão	Início	Fim	Local	Organização	Tipologia da Missão	Força Presente
UNAVEM I	1989	1991	Angola	ONU	Peacekeeping	Exército
UNAVEM II	1991	1995	Angola	ONU	Peacekeeping	Exército

UNAVEM III	1995	1997	Angola	ONU	Peacekeeping	Exército, Força Aérea
ONUMOZ	1992	1994	Moçambique	ONU	Peacekeeping	Exército
UNTAET	1999	2002	Timor-Leste	ONU	Peacebuilding	Exército, GNR
INTERFET	1999	2000	Timor-Leste	Multinacional	Peace Enforcement	Exército
UNMISET	2002	2005	Timor-Leste	ONU	Peacekeeping	Exército, GNR
KFOR	1999	Presente	Kosovo	NATO	Peacekeeping	Exército, GNR
ISAF	2001	2014	Afeganistão	NATO	Peace Enforcement	Exército, Força Aérea
RSM	2015	2021	Afeganistão	NATO	Peacebuilding	Exército
UNIFIL	2006	Presente	Líbano	ONU	Peacekeeping	Marinha
EUFOR Althea	2004	Presente	Bósnia e Herzegovina	União Europeia	Peacekeeping	Exército
MINUSMA	2013	Presente	Mali	ONU	Peacekeeping	Exército

EUTM Mali	2013	Presente	Mali	União Europeia	Peacebuilding	Exército
EUTM Somália	2010	Presente	Somália	União Europeia	Peacebuilding	Exército
EUTM República Centro-Africana	2016	Presente	República Centro-Africana	União Europeia	Peacebuilding	Exército
MFO	1982	Presente	Sinai, Egito	Multinacional	Peacekeeping	Exército
EUNAVFOR Atalanta	2008	Presente	Oceano Índico, Somália	União Europeia	Peace Enforcement	Marinha
EUBAM Líbia	2013	Presente	Líbia	União Europeia	Peacebuilding	GNR
EUPOL COPPS	2005	Presente	Palestina	União Europeia	Peacebuilding	GNR
EUTM Moçambique	2021	Presente	Moçambique	União Europeia	Peacebuilding	Exército
MONUSCO	2010	Presente	República Democrática do Congo	ONU	Peacekeeping	Exército

Esses exemplos de missões evidenciam uma política externa orientada pela solidariedade e compromisso com a paz, que trouxe impactos profundos para a imagem e a capacidade operacional de Portugal. Primeiramente, ao participar dessas operações, Portugal reafirmou a sua relevância dentro da NATO e ONU, consolidando-se como um aliado confiável nas estratégias de segurança global (Dias, 2019). Missões como a ISAF no Afeganistão e a UNIFIL no Líbano refletem o papel de Portugal em operações de segurança coletiva, um alinhamento que fortalece a cooperação militar e incrementa o posicionamento diplomático do país (Carreiras, 1999; Xavier & Actis, 2020).

Além do fortalecimento das alianças estratégicas, o envolvimento em missões de paz permitiu a Portugal projetar *soft power* em regiões historicamente vinculadas ao passado colonial, como Angola e Timor-Leste (Freire, 2002). Ao intervir nesses contextos com uma diplomacia de cooperação e reconstrução, Portugal promove uma nova narrativa de sua presença internacional: uma abordagem orientada pelo apoio ao desenvolvimento e pela defesa de direitos humanos (Santos, 2011). Em Timor-Leste, por exemplo, Portugal desempenhou um papel essencial na estabilização e reconstrução do Estado, reforçando a sua imagem como promotor de paz e segurança, além de contribuir para a formação de laços de cooperação duradouros com o país lusófono (Freira, 2015).

Por outro lado, as experiências adquiridas em cenários de alta complexidade operacional contribuíram para o desenvolvimento das capacidades logísticas e estratégicas das Forças Armadas Portuguesas. Participar em missões de *peace enforcement* e *peacebuilding*, onde a infraestrutura e a segurança são grandes desafios, ampliou o conhecimento e a expertise do contingente português, preparando o país para atuar em futuras operações internacionais. Esse desenvolvimento torna as forças de segurança mais eficazes e aumenta a prontidão operacional para responder a crises, o que é valorizado e reconhecido pelas alianças estratégicas e pela comunidade internacional (Xavier & Actis, 2020).

Em resumo, a participação de Portugal em missões de paz ao longo das últimas décadas ilustra a sua transição para um papel proativo e solidário no cenário internacional. Ao equilibrar o uso de *hard power* e *soft power*, Portugal não só fortalece suas alianças estratégicas, mas também constrói uma identidade como defensor dos valores democráticos e da cooperação internacional. Esta abordagem continua a ser uma característica essencial da política externa portuguesa, consolidando a imagem de Portugal como uma nação comprometida com a paz e os direitos humanos, contribuindo de forma significativa para a segurança e estabilidade globais

CAPÍTULO 4

Timor-Leste

Neste segmento, busco explorar a influência da intervenção militar de Portugal no avanço do processo de pacificação em Timor-Leste, juntamente com as diversas missões implementadas pelas UN, de modo a avaliar a contribuição para a estabilização da segurança local e na interação com as entidades timorenses.

Inicialmente, será realizada uma descrição detalhada das origens do conflito, começando pelo período de descolonização liderado por Portugal, seguido pela ocupação pela Indonésia, e culminando na realização de um referendo sobre a proposta de autonomia dentro da República da Indonésia – eventos que justificaram a intervenção das Nações Unidas. Na sequência, em paralelo com a reação global ao conflito, examinaremos o papel das forças militares portuguesas desde a transição da liderança das operações da INTERFET para a UNTAET, e subsequentemente, até a *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT).

Para concluir, irei examinar sobre como a atuação militar se destacou como um componente vital da diplomacia portuguesa, além de discutir os benefícios políticos obtidos por Portugal em decorrência deste conflito específico.

4.1. Raízes do Conflito

4.1.1. O Processo de Descolonização

Após o fim do regime salazarista em 1974, tornou-se insustentável a pretensão de Portugal em continuar a administrar Timor-Leste. Nesse contexto, a 17 de julho de 1975, foi promulgada a Lei n.º 7/75, que deu início ao processo de descolonização de Timor-Leste, prevendo a formação de uma assembleia popular encarregada de decidir o futuro político da região. Durante essa transição, emergiram três principais forças políticas: a União Democrática Timorese (UDT), que defendia uma transição gradual sob a tutela de Portugal; a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que visava a independência imediata; e a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI), que almejava a incorporação do território à Indonésia (Pinto, 2003).

Mário Lemos Pires (1994) aponta um paradoxo nesse período: apesar de manter um diálogo próximo com a Indonésia sobre o destino de Timor-Leste, Portugal, sub-repticiamente, favorecia a integração do território indonésio. Essa postura de Portugal teria motivado uma revisão estratégica dentro da UDT, levando-a a formar uma aliança com a FRETILIN em favor da independência.

Entretanto, a aliança não preveniu o confronto entre as partes. Em 1975, a UDT promoveu uma tentativa de golpe para consolidar seu domínio, visando um posicionamento vantajoso nas negociações com a Indonésia. Diante da escalada de violência, Portugal apelou ao secretário-geral da ONU, admitindo sua incapacidade de gerir a crise em Timor-Leste (Escaraméia, 2001). Após o golpe falhado e fracassadas as tentativas de negociação entre Portugal e a Indonésia, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência de Timor-Leste em novembro de 1975. Em retaliação, representantes dos demais partidos políticos assinaram a Declaração de Balibó, defendendo a anexação ao território indonésio (Ramos-Horta, 1998), uma decisão marcada por pressões e coações em um contexto de invasão militar por parte da Indonésia. Finalmente, em 7 de dezembro, a passividade portuguesa e o recente revés dos Estados Unidos da América (EUA) no Vietnã facilitaram a invasão e anexação de Timor-Leste pelo regime de Suharto, sob o pretexto de prevenir a ascensão de um governo comunista na região.

4.1.2. A Ocupação de Timor-Leste

A questão da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia rapidamente chegou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), essa exposição global e uma conscientização crescente começaram a produzir efeitos significativos. Em 1975, o CSNU adotou uma resolução condenatória à invasão indonésia, demandando a retirada imediata de suas forças e enfatizando o direito do povo de Timor-Leste de determinar seu próprio futuro, além de reiterar o papel de Portugal como autoridade administrativa. Contrariando essa resolução, o parlamento indonésio ratificou a anexação de Timor-Leste como sua província. No entanto, a assembleia geral da ONU posteriormente rejeitou essa incorporação, defendendo que os timorenses não tiveram a oportunidade de exercer seu direito à autodeterminação de forma livre (Magalhães, 1999).

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) fortaleceu sua posição e permitiu que a questão de Timor-Leste ganhasse mais atenção na UE, especialmente em diálogos com a Associação de Nações do Sudeste Asiático, pressionando a Indonésia a reconsiderar sua postura. Uma nova resolução do CSNU, impulsionada por Portugal, denunciou as violações de direitos humanos em Timor-Leste, contando com o apoio de ONGs e especialistas internacionais no território (Escaraméia, 2001). Perante as acusações a Indonésia tentou, sem sucesso, remover o tema da agenda internacional.

Neste contexto de avanços diplomáticos, o secretário-geral da ONU promoveu reuniões entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia. Embora inicialmente de impacto limitado, esses diálogos tornaram-se fundamentais no processo que eventualmente levaria à independência de Timor-Leste (Marker, 2009). A pressão internacional culminou num ponto em que o governo indonésio reconheceu a possibilidade de um acordo que respeitasse a vontade do povo timorense. Reconhecimento que levaria à assinatura de um acordo entre Portugal e a Indonésia, estabelecendo que a decisão sobre uma autonomia especial dentro da República Unitária da Indonésia seria feita através de um referendo, garantindo uma votação secreta, universal e direta entre os timorenses.

4.1.3. A Consulta Popular

Após a celebração do acordo sob a alçada da resolução do Conselho de Segurança da ONU em 11 de junho de 1999, foi criada a UNAMET. Esta missão foi encarregue de organizar o censo, a campanha eleitoral e um referendo que estava inicialmente marcado para 8 de agosto. Contudo, devido a um clima de insegurança e atos de intimidação contra a população, o processo de recenseamento não foi concluído a tempo, o que resultou no adiamento do referendo para 30 de agosto de 1999. Neste dia, uma esmagadora maioria dos eleitores timorenses registados, cerca de 98%, participou no referendo, rejeitando a proposta de autonomia e optando decididamente pela independência, com 78,5% dos votos versus os 21,5% a favor da autonomia especial dentro da Indonésia (Martin & Mayer-Rieckh, 2005).

No entanto, o resultado do referendo desencadeou uma grave onda de violência e devastação em todo o território, provocando uma onda de indignação e protestos internacionais, bem como campanhas de solidariedade em várias partes do mundo (Kingsbury, 2009). Sob a pressão dos EUA e de outras potências mundiais, a Indonésia foi compelida a aceitar uma nova resolução do Conselho de Segurança da ONU, que, invocando o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, autorizou a formação de uma Força Militar Internacional de Intervenção, a INTERFET, com o objetivo de restaurar a paz e a segurança na região (Martin e Mayer-Rieckh, 2005). Seguiu-se um período de transição durante o qual Timor-Leste foi administrado pelas UN, culminando na sua proclamação como República Democrática de Timor-Leste.

4.2. A Participação Militar Portuguesa

4.2.1. *United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET)*

Em resposta à violência desencadeada após o referendo, o governo de Portugal optou por destacar uma fragata naval como parte de sua contribuição à força multinacional sob liderança australiana, conforme documentado pelo MDN (1999). Esta ação enfatiza que a maior parte da participação militar portuguesa foi solicitada por Timor-Leste e ocorreu durante a transição do comando da INTERFET para a UNTAET.

Conforme explica Carlos Martins Branco (2009), Portugal enviou o Contingente Nacional para Timor (CNT), composto por forças dos três ramos militares, encarregado da coordenação das operações militares portuguesas dentro da Peacekeeping Force (PKF) da UNTAET. Além dessa coordenação, o CNT tinha a responsabilidade de evacuar cidadãos portugueses e reportar questões de interesse nacional para Portugal.

A missão, endossada pela resolução do CSNU, teve como objetivo apoiar a reconstrução institucional e os modelos de governança do estado timorense. No entanto, enfrentou não apenas o desafio de participar ativamente na reconstrução, mas também de intensificar esforços na segurança, conforme observado por Hood (2006). As ameaças primárias emergiam de grupos de jovens radicais e ex-membros de milícias pró-Indonésia, estes últimos infiltrando-se nas zonas rurais a partir das áreas de fronteira. Portugal, a pedido das lideranças de Timor-Leste, participou no desenvolvimento de uma futura estrutura de defesa territorial (Bernardino e Santos, 2018).

Para abordar tanto a reconstrução do estado quanto a situação de segurança em Timor-Leste, a UNTAET estruturou um esquema territorial dividido em quatro setores, com diversas nações contribuindo para a missão (Braz, 2015). O batalhão português (PORBATT), posicionado no setor central, foi vital, composto por uma companhia de apoio, duas companhias de atiradores, um esquadrão de reconhecimento, e uma companhia de fuzileiros.

Além das funções operacionais, o PORBATT manteve uma ligação próxima com a polícia das Nações Unidas, assegurando a segurança pública e mantendo a vigilância em infraestruturas essenciais, como o ponto de abastecimento de água, o hospital militar, e o centro de trânsito de refugiados. O batalhão também executou operações em regiões remotas para apoiar as autoridades da UNTAET e conduziu atividades intensas de coleta de informações, cruciais para o sucesso da missão de paz (Braz, 2015). A estratégia adotada pelo PORBATT para mitigar a insurgência envolveu patrulhas a pé organizadas em um esquema de quadrícula, designando áreas de responsabilidade às suas unidades, permitindo uma cobertura eficaz do setor sob jurisdição portuguesa. Esta abordagem possibilitou a realização de várias ações de ajuda humanitária e suporte à população local, com o auxílio das ONG presentes (Braz, 2015).

Embora a missão da UNTAET estivesse inicialmente prevista para durar um ano, foi estendida por mais três anos para consolidar os progressos alcançados. Esta extensão resultou em um aumento dos efetivos militares portugueses, com o PORBATT a reforçar as unidades com aproximadamente 150 militares. Apesar dos desafios contínuos e instabilidades pontuais, Timor-Leste celebrou sua independência oficial a 20 de maio de 2002.

No âmbito da cooperação técnico-militar entre Portugal e Timor-Leste, destaca-se o envio, antes da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, de uma equipe de formadores da Escola Prática de Infantaria e psicólogos do Centro de Psicologia Aplicada do Exército. Esse grupo foi fundamental para iniciar o treino da primeira unidade de batalhão das futuras Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), dando um passo significativo na fortificação das capacidades defensivas do novo estado (Bernardino e Santos, 2018).

Essa intervenção precoce e contínua de Portugal, mesmo antes da formalização da cooperação técnico-militar através do acordo, evidencia o comprometimento português com a estabilização e o desenvolvimento de Timor-Leste. Este envolvimento não só facilitou a transição para a independência do país, mas também estabeleceu as bases para uma parceria duradoura em termos de defesa e segurança, reforçando a soberania e a capacidade de autodefesa de Timor-Leste diante dos desafios futuros.

4.2.2. *United Nations Mission of Support in East Timor (UNMISET)*

A implementação da UNMISET foi aprovada em 17 de maio CSNU (2002), visando dar continuidade ao desenvolvimento institucional iniciado pela UNTAET, com especial atenção ao quadro legislativo. No entanto, existiram observações de que o progresso do governo de Timor-Leste na solução de certas questões, como a reinserção dos combatentes das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste, estava aquém do esperado (Rees, 2003). A situação era complicada pela atividade de milícias e grupos radicais armados, que intimidavam a população em locais isolados, o que gerou preocupações significativas tanto para os líderes timorenses quanto para a missão (Braz, 2015). Como medida de resposta, a PKF aumentou as patrulhas, eliminando registros de incidentes até março de 2003. Essa melhoria levou a que se iniciasse a redução das forças de 5000 para 1744 membros, incluindo 1250 militares e o restante focado em igualdade de gênero e direitos humanos (Braz, 2015).

A reorganização da presença militar foi executada em duas etapas, a primeira de julho a novembro de 2003 e a segunda de dezembro de 2003 a janeiro de 2004. Inicialmente, a estratégia manteve um enfoque na segurança, assegurando cobertura territorial completa com patrulhas motorizadas e apeedas. Posteriormente, evoluiu para patrulhas de curta duração, com o apoio de meios aéreos, diferenciando-se pela duração das operações. Enquanto as primeiras podiam estender-se por até três dias, as patrulhas seguintes limitavam-se a 24 horas (Dias, 2023).

Neste período, o contingente português, renomeado como EASTBATT, expandiu sua operação para o oeste de Timor-Leste, responsabilizando-se por aproximadamente 40% do território (Dias, 2023). Com a segunda fase, áreas específicas ficaram sem presença constante das forças da PKF, aumentando as preocupações operacionais, particularmente em regiões sem forças permanentes. Contudo, a gestão portuguesa, com o apoio das F-FDTL sob sua coordenação, assegurou a manutenção de certa estabilidade.

Além disso, Portugal liderou o grupo de observadores militares e contribuiu com cinco militares adicionais para o grupo de ligação militar até maio de 2004, tendo um papel vital na formação do primeiro batalhão das F-FDTL (Bernardino e Santos, 2018). A colaboração técnico-militar entre Portugal e Timor-Leste culminou na criação de uma unidade naval de patrulha costeira. Portugal também manteve um oficial no papel de assessor do chefe do Estado-Maior das F-FDTL desde 2002, refletindo uma parceria contínua e focada na formação (Jesus, 2015). Sendo que a eficácia, a confiabilidade dos meios e a competência dos militares portugueses foram essenciais para o sucesso da missão, com a subunidade sendo reconhecida por sua alta prontidão (Pereira, 2003). A finalização da UNMISSET em maio de 2005 e a transição para a UNOTIL marcaram o encerramento de um capítulo significativo da presença portuguesa em Timor-Leste, ainda que o país enfrentasse desafios estruturais na segurança.

4.2.3. *United Nations Office in Timor-Leste (UNOTIL)*

Criada em 2005 pelo Conselho de Segurança da ONU, a UNOTIL, teve como objetivo principal oferecer apoio ao desenvolvimento institucional do país, focando-se sobretudo em consultoria. Portugal desempenhou um papel crucial ao liderar o Grupo de Observação Militar das Nações Unidas no local e ao enviar cinco militares para integrar o Grupo Militar de Ligação com as F-FDTL. Embora a UNOTIL fosse primariamente uma missão de índole política, ela ainda incluiu um contingente de quinze militares de várias nacionalidades, encarregados de funções consultivas no Grupo de Treino Militar e Aconselhamento (MTAG), com Portugal contribuindo com dois membros adicionais, um dos quais liderou o departamento (Branco, 2015).

No entanto, em abril de 2006, aproximadamente um mês antes do término do mandato da missão, a situação de segurança deteriorou-se significativamente quando confrontos violentos eclodiram entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e as F-FDTL na capital, levando a perdas de vidas, destruição de infraestrutura e um aumento no número de refugiados (Arnold, 2009). Dado o caráter predominantemente político da UNOTIL e sua consequente incapacidade de gerir a crise de segurança emergente, foi mobilizada uma força internacional, a *International Stabilisation Force* (ISF), na qual Portugal participou com um destacamento de 127 membros da *Guarda Nacional Republicana* (GNR) (Branco, 2015).

4.2.4. *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT)*

A UNMIT, estabelecida em agosto de 2006 pelo Conselho de Segurança da ONU, teve como finalidade principal reforçar a estabilidade, fomentar a democracia e encorajar o diálogo político entre os diferentes atores da sociedade timorense, visando a reconciliação e a unidade

nacional. Este compromisso, que se estendeu por seis anos, incluiu a criação de um plano de transição em colaboração com o governo de Timor-Leste, identificando atividades-chave e metas a serem alcançadas antes da conclusão da missão (Garcia, Dias e Duque, 2019).

No ano seguinte à sua instauração, Timor-Leste realizou eleições presidenciais e parlamentares que decorreram de forma pacífica, apesar de predominar um contexto de tensões internas. Desde 2008, a presença militar portuguesa foi minimizada para três membros, que, em 2011, assumiram responsabilidades na formação F-FDTL, incluindo cursos básicos, especializações e treino operacional da componente terrestre, até totalizar quatorze militares ao final da missão. Estes esforços evidenciam o impacto positivo das iniciativas empreendidas por todas as partes envolvidas no país.

Em resumo, ao considerar a totalidade das informações sobre a participação militar portuguesa nas missões da ONU em Timor-Leste pode-se afirmar que nunca, num período democrático, a afirmação do Estado português tinha sido tão incidente no vetor militar para a prossecução dos seus interesses internos. A tabela seguinte oferece um panorama quantitativo total da contribuição nacional em Timor-Leste:

Quadro 4.1 – Participação portuguesa nas missões da UN em Timor-Leste em termos de efetivos

Missão	Data	Efetivos
INTERFET	1999 – 2000	202
UNTAET	2000 – 2002	3554
UNMISET	2002 – 2004	2458
UNOTIL	2005 – 2006	7
UNMIT	2006 - 2012	14
TOTAL		6235

Fonte: Base de dados estatísticos dos Estado-Maior dos três ramos (Exército, Armada e Força Aérea)

4.3. A Contribuição em Timor-Leste e a Política Externa Portuguesa:

Análise

A atuação de Portugal em missões de paz da ONU em Timor-Leste constituiu um desafio significativo e um compromisso amplo em diversos setores – político, diplomático e económico, destacando-se particularmente no âmbito militar. Portugal enfrentou o desafio de equilibrar este compromisso com as suas responsabilidades existentes, como as missões da

NATO na Bósnia-Herzegovina e Kosovo, onde já tinha unidades com aproximadamente 700 militares (Branco, 2015). A gestão deste esforço exigiu um planeamento minucioso e uma logística avançada, especialmente diante das limitações de recursos, principalmente veículos táticos. Sendo que, apesar das críticas sobre a inadequação dos mandatos da ONU à realidade no terreno (Richmond e Franks, 2009), o contingente português adotou uma estratégia de patrulhamento apeado, ocupando instalações e dividindo as áreas de responsabilidade entre os pelotões.

Essa estratégia de patrulha, atribuindo uma região específica a cada pelotão, favoreceu a criação de laços de confiança e amizade com as comunidades locais, o que facilitou a coleta de informações e a execução de ações de assistência civil (Dias, 2023). Tais ações incluíam projetos para melhorar a qualidade de vida dos timorenses, colaborando estreitamente com autoridades locais, entidades religiosas e ONG. Notavelmente, os militares portugueses forneceram cuidados médicos, realizaram campanhas de vacinação e contribuíram para a recuperação de escolas e postos de saúde. Esta abordagem não só fortaleceu a imagem dos militares como promotores da paz, mas também ajudou a mitigar a hostilidade da parte da população timorense (Pushkina e Maier, 2012).

O incremento da participação portuguesa no comando da UNMISSET, de onze para dezasseis militares entre 2000 e 2003, exemplifica o fortalecimento do envolvimento nacional. Além disso, como mencionado nos capítulos anteriores, a presença portuguesa se estendeu até à missão UNOTIL, com contribuições adicionais para funções consultivas e de liderança, bem como a participação direta na força da ISF com o contingente da GNR.

A contribuição militar portuguesa em Timor-Leste teve um impacto notável tanto no âmbito militar quanto político, evidenciando a influência de Portugal, como demonstrado pela colocação de um militar no *Peacekeeping Affairs Office* em Nova Iorque (Santos, 2010) e facilitando a eleição de António Guterres em 2005 para o cargo de alto-comissário para as Migrações, entre muitos outros importantíssimos cargos de projeção internacional. Exemplos como estes ilustram como a atuação militar portuguesa esteve alinhada com a política de defesa nacional, empregando as forças armadas como um meio de projeção de *soft power* na política externa, aumentando a confiança, credibilidade e autoridade de Portugal nas questões de segurança internacional.

Finalmente, o papel militar de Portugal em Timor-Leste ressalta a importância desta ação como uma componente chave da política externa do país, refletindo o compromisso de Portugal com a promoção de valores democráticos, o respeito pelo direito internacional e os direitos humanos.

CAPÍTULO 5

Afeganistão

Este capítulo explora o envolvimento de Portugal na missão internacional no Afeganistão, destacando o seu papel no contexto da intervenção da NATO e a importância dessa participação para a Política Externa Portuguesa. Ao longo das décadas, o Afeganistão tem sido um ponto central de interesse geopolítico, especialmente durante a Guerra Fria, quando foi palco de um conflito indireto entre os EUA e a União Soviética. Esse período de tensão culminou com a invasão soviética em 1979 e consolidou o papel do Afeganistão como um território de conflitos internacionais indiretos (Dias, 2023).

No início do século XXI, com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o Afeganistão voltou ao centro das atenções globais. Seu papel como refúgio da *Al-Qaeda* e a ascensão do Talibã levaram a uma resposta imediata da NATO, que lançou a *Enduring Freedom Operation*, uma das mais longas e complexas intervenções da organização, com o objetivo de dismantelar a *Al-Qaeda* e enfraquecer o regime talibã, que havia dado abrigo a Osama bin Laden (Martins e Pinéu, 2023).

Como membro fundador da NATO, Portugal assumiu um papel ativo ao lado da coligação internacional, com contribuições significativas para a estabilidade e reconstrução do Afeganistão. Esse envolvimento refletiu o compromisso do país com a segurança coletiva e fortaleceu sua posição no cenário internacional, além de consolidar sua imagem como um aliado confiável dentro da NATO. Este capítulo analisa as várias fases desta intervenção, com foco particular na participação portuguesa na ISAF e na *Resolute Support Mission* (RSM), explorando os desafios enfrentados e o impacto na política externa portuguesa.

5.1. Contextualização Política e Histórica

Nos finais dos anos 1970, o Afeganistão tornou-se um dos "palcos dos conflitos entre os dois polos da Guerra Fria" (BBC, 2021). A invasão soviética em 1979 e a subsequente retirada em 1989 mergulharam o país numa guerra civil, que culminou na ascensão dos Talibãs ao poder. O conflito intensificou-se após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra o *World Trade Center*, nos EUA, levando a uma guerra que duraria mais de duas décadas.

Em resposta aos ataques, a NATO invocou o artigo 5º da Carta Atlântica, que prevê que "um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas" (NATO, 1949). Esse artigo permitiu a extensão da defesa coletiva para combater o terrorismo, resultando numa maior cooperação mútua em apoio aos EUA, em várias áreas da defesa.

A *Enduring Freedom Operation* foi lançada em outubro de 2001 pelo exército dos EUA, marcando o início do combate ao terrorismo (History, 2011). O objetivo principal era capturar os responsáveis pelos ataques, erradicar a *Al-Qaeda* e tomar medidas contra o regime talibã que apoiava Osama bin Laden (Flockhart, 2012). Os EUA justificaram a operação como necessária para garantir a sua segurança nacional e prevenir futuros ataques semelhantes, além de responder às preocupações humanitárias sobre as violações dos direitos humanos no Afeganistão (Holland & Aaronson, 2014).

Após a queda dos Talibãs, líderes de diversas facções anti talibãs e elites políticas afegãs reuniram-se para as conversações patrocinadas pela ONU, culminando no Acordo de Bona, em 5 de dezembro de 2001. Este acordo estabeleceu uma autoridade de transição no Afeganistão, apoiada pela ISAF, responsável pela manutenção da ordem em Cabul (Afeganistão, 2001).

Vinte anos após o início da intervenção, a estratégia ocidental no Afeganistão é amplamente vista como um fracasso (Schreer & Waldman, 2019). Durante a presidência de Donald Trump, iniciou-se uma retirada faseada das tropas internacionais, processo que foi completado em 2021, já sob a administração de Joe Biden. A retirada total permitiu o retorno dos Talibãs ao poder, o que levou à conclusão de que os objetivos iniciais nunca foram verdadeiramente alcançados. Apesar dos esforços de estabilização e combate ao terrorismo, o controlo do Afeganistão pelos Talibãs após a retirada revelou a ineficácia da estratégia a longo prazo (Schreer & Waldman, 2019; Flockhart, 2012).

Apesar de não ter uma prioridade geopolítica clara no Afeganistão, Portugal participou nas missões lideradas pelos EUA. Como membro fundador da NATO, Portugal tem um histórico de alinhamento com decisões multilaterais, e a sua participação neste conflito refletiu a sua estratégia de política externa de reforçar a visibilidade e compromisso com a segurança coletiva (Dias, Freire & Barradas, 2021; Dias, 2023).

A intervenção no Afeganistão, sendo um exemplo das missões da NATO no século XXI, oferece uma importante aprendizagem para a organização e destaca as implicações da participação de Portugal em missões de segurança internacional.

5.2. O Desenvolvimento Militar no Afeganistão e a Participação Portuguesa

5.2.1. ISAF

Desde 2001, a NATO esteve envolvida em operações cujo principal objetivo era retirar o controlo dos Talibãs sobre o Afeganistão, com um foco inicial na proteção de Cabul e das regiões circundantes. Nesta fase inicial, os Estados Unidos forneciam a maior parte do poder militar, enquanto os contingentes da ISAF operavam de forma voluntária, com rotações nacionais de seis meses no comando da operação. Este sistema de rotações acabou por exaurir o número de países voluntários dispostos a assumir a liderança das operações (Gaiolas, 2010; Schmitt, 2017).

Portugal iniciou a sua participação na ISAF em 2002, com uma equipa composta pelos três ramos das forças armadas, cuja missão incluía o apoio ao regimento médico do Reino Unido em Cabul, bem como a disponibilização de um avião C-130 para transporte tático e missões de busca e salvamento. Embora a participação de Portugal fosse inicialmente simbólica, foi um dos primeiros países a integrar a ISAF, demonstrando o seu compromisso com o esforço coletivo da NATO (Dias, Freire e Barradas, 2021; Rodrigues, 2011).

Num momento em que a população afegã começou a ver a presença militar internacional como uma força de ocupação, a NATO assumiu o controlo total da ISAF, o que ajudou a redefinir a imagem da missão. A NATO reposicionou-se como uma força de apoio e assistência, com operações centradas na paz e na segurança, seguindo os princípios de direitos humanos. Assim, o papel da ISAF foi clarificado, com a responsabilidade final pela segurança do Afeganistão atribuída ao povo afegão e à Autoridade Transitória Afegã (NATO, 2003).

Um ano depois do início das operações, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a expansão gradual da ISAF para além de Cabul, abrangendo todo o território afegão. Este novo mandato permitiu que a ISAF fornecesse apoio à reconstrução nacional e contribuísse na luta contra o terrorismo em todo o país. Este processo de expansão foi gradual, e só em 2006 a ISAF substituiu totalmente a coligação liderada pelos EUA (Barany e Rauchhaus, 2011).

Conforme a missão se expandia territorialmente, a NATO estabeleceu equipas conjuntas civis e militares envolvidas em projetos de reconstrução, como a construção de escolas e hospitais, numa abordagem integrada que combinava segurança, governação e desenvolvimento. Esta estratégia incluiu a colaboração entre os recursos civis e militares, o que permitiu à NATO gerir operações complexas que envolviam uma vasta gama de atores internacionais e locais. No entanto, esta expansão também trouxe novos desafios, como o aumento da insurgência em 2005 (Rodrigues, 2011).

Após um período de ausência, Portugal voltou a contribuir para a ISAF em 2004, enviando uma equipa de controladores e bombeiros, além de destacar novamente um C-130. Em 2005, Portugal forneceu uma *Quick Reaction Force* (QRF) composta por uma companhia de infantaria e controladores aéreos táticos, com a missão de garantir a segurança do Aeroporto Internacional de Cabul, sendo o comando liderado pelo coronel Luís Ruivo. A QRF incluía operações de patrulhamento e reconhecimento, além de escoltas a altas entidades governamentais e militares (Dias, Freire e Barradas, 2021; Gaiolas, 2010)..

Durante este período, Portugal também contribuiu para as *Operational Mentoring Liason Teams* (OMLT), responsáveis pelo treino e assessoria ao exército afegão (Dias, Freire e Barradas, 2021; Rodrigues, 2011). Entre 2006 e 2008, com o aumento da insurgência no sul do Afeganistão, especialmente nas províncias de Kandahar e Helmand, as forças da NATO enfrentaram grandes dificuldades e até uma possível derrota (Schmitt, 2017).

A crise financeira de 2008 agravou as divergências internas na NATO, levando a cortes nas tropas de vários aliados, enquanto os EUA aumentaram a sua presença militar. Esta situação forçou Portugal a reavaliar a sua participação, mantendo uma presença mais reduzida, mas ainda significativa, com aeronaves C-130, equipas de assessoria e um destacamento médico no aeroporto de Cabul (Teixeira, 2009; Gaiolas, 2010). Mesmo com restrições, Portugal continuou a desempenhar um papel importante, com 145 militares destacados em 2009 (Rodrigues, 2011).

Enquanto isso, a administração Obama redirecionou recursos do Iraque para o Afeganistão e validou uma estratégia de contrainsurgência. Contudo, surgiram novos desafios na implementação de uma abordagem integrada e compreensiva, tanto a nível político como operacional (Noetzel & Schreer, 2009). A partir de 2010, a NATO começou a implementar uma estratégia de saída, com previsão de retirar as tropas até 2014. Em resposta, a NATO adotou um novo conceito estratégico na cimeira de Lisboa em 2010, identificando a gestão de crises como uma das principais responsabilidades da Aliança, com a presença no Afeganistão a ser prolongada além de 2014 (NATO, 2012).

5.2.2. RSM

A RSM foi lançada em 1 de janeiro de 2015 como uma operação não-combatente que sucedeu à ISAF. O seu foco principal era apoiar as forças e instituições de segurança afegãs, através de treino, aconselhamento e assistência – funções tradicionalmente lideradas pelos EUA. O objetivo estratégico da RSM era garantir que, a longo prazo, a responsabilidade pela segurança interna fosse completamente transferida para o Afeganistão, capacitando as suas próprias forças de segurança (NATO, 2022).

A partir de 1 de janeiro de 2016, o contingente português na RSM consistia em dois militares da marinha, seis do exército e dois da força aérea. As suas funções incluíam o treino, aconselhamento e assistência às forças afegãs, nos quartéis-generais, centros logísticos e ministérios, bem como em cargos administrativos, como planeamento operacional e engenharia. Estes militares operavam em equipas multinacionais, refletindo o caráter coletivo da missão (Sepúlveda, 2016).

Em 2018, numa fase em que os 13.000 soldados da NATO enfrentavam dificuldades em controlar territórios fora de Cabul (Schreer & Waldman, 2019), Portugal aumentou a sua participação na RSM com a presença de uma força nacional destacada composta por 148 militares, cuja missão principal era assegurar a proteção do Aeroporto Internacional de Cabul (MDN, 2018). Nos anos subsequentes, até ao encerramento da missão em 2021, houve uma rotação regular dos militares portugueses, culminando em 2021 com a presença de 170 militares. Estes foram distribuídos entre uma QRF de 154 militares e um elemento de apoio composto por 16 militares (MDN, 2021).

A RSM foi oficialmente encerrada em setembro de 2021, após a assinatura de um acordo entre os EUA e os Talibãs, que previa a retirada de todas as forças estrangeiras até maio de 2021 (NATO, 2022).

5.3. Integração com a Política Externa Portuguesa e o Impacto da Missão no Afeganistão

A participação de Portugal na missão da NATO no Afeganistão foi um marco importante para a PEP, demonstrando o seu compromisso com a segurança coletiva e o fortalecimento das suas alianças internacionais. Embora Portugal tenha tido uma participação militar limitada em comparação com outras nações, o envolvimento nas operações militares ajudou a consolidar o seu estatuto de aliado comprometido no contexto da Aliança Atlântica. Freire e Dias (2021) referem que a participação de Portugal no Afeganistão reforçou a sua reputação como um

membro ativo e colaborativo da NATO, desempenhando um papel relevante na defesa coletiva e segurança global, mesmo em regiões onde os interesses geopolíticos portugueses não eram prioritários.

Desde a sua adesão à NATO, Portugal tem seguido uma política de alinhamento com compromissos multilaterais, com o objetivo de apresentar-se como um parceiro confiável e empenhado em questões de segurança internacional. De acordo com Dias, Freire e Barradas (2021), a participação no Afeganistão representou um compromisso significativo dentro da NATO, ao integrar-se numa missão complexa e de longa duração, enquadrada na luta global contra o terrorismo. A missão, embora não fosse uma prioridade geopolítica direta para Portugal, encaixava-se na estratégia da PEP, que visa aumentar a presença do país no cenário internacional e reforçar as suas relações com potências como os Estados Unidos e o Reino Unido.

A participação militar de Portugal no Afeganistão deve ser entendida como uma manifestação de *hard power*, uma vez que se enquadrou numa operação de caráter militar. Segundo Branco (2010), apesar da limitada capacidade militar de Portugal em comparação com outros aliados, a sua participação ativa em missões de combate e de apoio logístico foi fundamental para demonstrar o compromisso com a defesa coletiva. Além disso, o envolvimento de Portugal em operações de formação das Forças Armadas afegãs e em missões de reconstrução, como a construção de infraestruturas essenciais, mostrou o empenho de Portugal em criar um impacto positivo a longo prazo, contribuindo para a estabilização do país (Pereira, 2011).

Embora o contexto militar dominasse a participação portuguesa no Afeganistão, Portugal também procurou exercer alguma influência através de medidas de reconstrução e apoio humanitário. As contribuições de Portugal nas áreas de formação e apoio logístico foram vistas como tentativas de reforçar o desenvolvimento de capacidades locais (Teixeira, 2009), demonstrando que a participação portuguesa não se limitou apenas à dimensão militar, mas incluiu também elementos de *soft power*. No entanto, mesmo com estas contribuições humanitárias, a intervenção de Portugal no Afeganistão foi amplamente caracterizada pelo uso de *hard power*, dada a natureza militar da missão e o contexto de guerra prolongada (Dias, 2023).

Além de reforçar o compromisso de Portugal com a segurança coletiva, a missão no Afeganistão teve um impacto significativo nas suas relações diplomáticas dentro da NATO. Schreer e Waldman (2019) defendem que, apesar de o Afeganistão não ser uma prioridade direta para a PEP, a participação ativa nas missões ISAF e RSM aumentou a visibilidade de Portugal nas discussões estratégicas sobre segurança internacional, reforçando a sua posição como um ator confiável e comprometido nas questões de defesa global. O envolvimento na missão também permitiu a Portugal consolidar as suas relações com potências como os Estados Unidos e o Reino Unido, garantindo acesso a debates estratégicos importantes no âmbito da NATO.

Freire e Barradas (2021) apontam que a participação de Portugal na missão da NATO no Afeganistão ofereceu uma plataforma para fortalecer alianças importantes, aumentando o peso diplomático de Portugal nas decisões relacionadas à segurança internacional. Esta participação permitiu que o país se posicionasse como um defensor ativo da paz e da segurança globais, alinhando-se com os seus parceiros estratégicos. Em termos de benefícios políticos, a presença portuguesa no Afeganistão proporcionou maior visibilidade dentro da NATO e reforçou o papel de Portugal como um aliado ativo nas discussões sobre defesa e segurança.

Internamente, a missão também ajudou a reafirmar o compromisso de Portugal com a NATO, consolidando o seu papel como um ator relevante na defesa da paz e segurança internacionais. A participação no Afeganistão contribuiu para manter a coesão interna em torno da política de segurança e defesa, garantindo que Portugal continuasse a desempenhar um papel relevante no contexto das operações multilaterais (Teixeira, 2009). A missão no Afeganistão, portanto, não só consolidou a posição de Portugal dentro da NATO, como também reforçou a sua política de alinhamento com compromissos multilaterais, um pilar central da PEP.

Em suma, a participação de Portugal na missão da NATO no Afeganistão proporcionou benefícios significativos a nível diplomático e militar, enquanto destacou os desafios inerentes à estabilização de um país em conflito prolongado. O envolvimento de Portugal na missão, embora limitado em termos de força militar, foi estratégico para garantir a relevância do país dentro da NATO e nas discussões globais sobre segurança. O caso do Afeganistão sublinha a complexidade da PEP, que equilibra os compromissos multilaterais com as realidades locais, oferecendo importantes lições para futuras intervenções internacionais.

Análise Comparativa entre os Casos de Estudo na PEP

6.1. Timor-Leste: Análise do Papel de Portugal na Autodeterminação e *Soft Power*

A intervenção de Portugal em Timor-Leste destaca-se como uma das suas maiores realizações diplomáticas e é um excelente exemplo de *soft power* na política externa portuguesa. A ligação histórica com Timor-Leste, baseada na colonização, proporcionou a Portugal uma oportunidade única para reafirmar o seu papel na cena internacional após o período de descolonização que sucedeu à Revolução dos Cravos em 1974.

Timor-Leste permaneceu sob o domínio indonésio após a invasão de 1975, mas Portugal manteve uma posição forte na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense, agindo como uma força diplomática no palco internacional. Durante mais de duas décadas, Portugal manteve o tema de Timor-Leste vivo nas Nações Unidas, defendendo resoluções que pediam o fim da ocupação indonésia e promovendo a causa timorense nos fóruns internacionais. Esta defesa persistente não só projetou uma imagem positiva de Portugal como um defensor dos direitos humanos e da autodeterminação, mas também o ajudou a reforçar a sua influência nas Nações Unidas e na CPLP (Teixeira, 2010).

Um dos fatores mais marcantes foi a utilização de *soft power*, ou seja, a capacidade de influenciar através de meios não coercivos, como diplomacia cultural e moral. Portugal mobilizou redes internacionais de apoio, incluindo movimentos de solidariedade e a diáspora timorense, para manter a questão na agenda global, enquanto evitava a confrontação direta com potências como a Indonésia, que tinha o apoio de grandes atores internacionais como os EUA e a Austrália (Teixeira, 2010). Esta abordagem permitiu que Portugal preservasse uma posição moral de destaque, mesmo numa época em que as resoluções das Nações Unidas sobre Timor-Leste perdiam gradualmente o apoio de alguns dos seus membros mais influentes (Barros 1976).

O ponto culminante desta estratégia foi o papel central que Portugal desempenhou no processo de autodeterminação de Timor-Leste nos finais dos anos 90, quando a ONU finalmente interveio. A capacidade de Portugal de mediar entre os interesses internacionais e os desejos de independência de Timor, garantindo a organização do referendo em 1999, ilustra como a política externa portuguesa conseguiu transformar uma relação colonial passada numa vitória diplomática moderna, focada na reconstrução e apoio ao desenvolvimento. A intervenção em Timor consolidou a imagem de Portugal como um ator humanitário e promotor de direitos humanos, um pilar da sua estratégia de *soft power* (Sousa, 2023).

Essa intervenção também teve repercussões duradouras, não só para as relações bilaterais com Timor-Leste, que permanece um aliado forte de Portugal no contexto da CPLP, mas também para a posição de Portugal como líder em missões de paz, com forte apoio europeu. A colaboração com instituições internacionais, a reconstrução do sistema educativo e linguístico timorense, e a promoção do português como língua oficial, tudo refletiu o compromisso de Portugal com a cooperação multilateral e cultural (Silva, 2021).

Portanto, o papel de Portugal em Timor-Leste demonstrou a eficácia do uso do *soft power* no alcance de objetivos estratégicos de longo prazo, promovendo simultaneamente valores como a paz, os direitos humanos e a autodeterminação no plano internacional.

6.2. Afeganistão: O Compromisso de Portugal com a NATO e a Segurança Global

Ao contrário do seu envolvimento em Timor-Leste, onde os laços históricos e culturais desempenharam um papel fundamental, a participação de Portugal no Afeganistão foi sobretudo uma manifestação de lealdade para com os seus aliados da NATO e de comprometimento com a segurança global. Portugal enviou forças militares para integrar a missão da ISAF, focada na estabilização do governo afegão e no fortalecimento das forças de segurança locais. Embora a presença militar portuguesa fosse limitada em termos numéricos, o impacto foi significativo no reforço da sua posição dentro da NATO e na projeção de Portugal como um aliado fiável e comprometido com as missões internacionais (Reis, 2021; Smith, 2022).

A intervenção no Afeganistão foi também uma oportunidade para Portugal demonstrar as suas capacidades no *hard power*, contrastando com o uso predominante de *soft power* em Timor-Leste. A participação nas operações da NATO, através da contribuição de forças especiais e unidades de apoio, serviu para modernizar e testar as suas capacidades militares, proporcionando valiosa experiência de combate e de cooperação em operações multinacionais (Reis & Menezes, 2019). No entanto, apesar do esforço prolongado, os objetivos de estabilização no Afeganistão foram, em grande parte, limitados pela incapacidade de estabelecer instituições governamentais e de segurança afegãs sustentáveis. Este cenário demonstrou as limitações de intervenções externas para moldar nações profundamente divididas por conflitos internos (Belfer Center, 2022).

Em termos de política externa, a intervenção no Afeganistão reforçou a posição de Portugal dentro da NATO, mas também expôs as tensões e os desafios da Aliança em missões prolongadas e de resultados incertos. Para Portugal, o envolvimento foi visto como uma forma de consolidar relações com potências como os Estados Unidos e o Reino Unido, e de garantir a sua participação ativa nas discussões estratégicas dentro da NATO. No entanto, à medida que a missão se prolongava sem resultados claros, surgiram críticas sobre a eficácia de tal esforço, refletindo uma crescente desconexão entre os objetivos estratégicos e os meios disponíveis para os alcançar (Belfer Center, 2022).

Dessa forma, enquanto a participação de Portugal no Afeganistão foi uma expressão clara do seu compromisso com a segurança transatlântica, as limitações da missão refletiram os desafios enfrentados por países de menor dimensão que tentam equilibrar os seus compromissos militares com as realidades políticas internas e externas.

6.3. Impacto na Cooperação Multilateral e Relações Bilaterais

A atuação de Portugal em missões internacionais, tanto em Timor-Leste quanto no Afeganistão, teve impactos significativos nas suas relações multilaterais e bilaterais, sendo um reflexo claro da sua PEP. A intervenção em Timor-Leste foi um exemplo notável da utilização de *soft power*, em que Portugal capitalizou os seus laços históricos e culturais para fortalecer as relações no seio da CPLP. Este caso representou um momento-chave para a PEP, uma vez que a língua e a cultura portuguesas foram alavancadas como elementos de diplomacia. Portugal não só desempenhou um papel crucial na reconstrução de Timor-Leste após a sua independência, mas também consolidou a sua posição como líder dentro da CPLP, uma organização central na sua política externa (Ferreira, 2019).

Para além do impacto na CPLP, a atuação portuguesa em Timor-Leste também teve repercussões nas suas relações bilaterais, especialmente com países da região do Sudeste Asiático. O apoio de Portugal à estabilização de Timor-Leste, tanto através de ajuda humanitária quanto de cooperação militar, ajudou a fortalecer a sua imagem internacional como um país mediador e comprometido com a paz e o desenvolvimento (Caetano, 2012). Isso foi especialmente importante para aumentar a visibilidade de Portugal na região Ásia-Pacífico, uma área que normalmente não está no radar da PEP (Moraes, 2014). A presença portuguesa e o seu papel de liderança no processo de reconstrução institucional timorense proporcionaram novas oportunidades de cooperação diplomática e comercial com países como a Austrália e a Nova Zelândia, ampliando o alcance geopolítico de Portugal.

No Afeganistão, o envolvimento de Portugal foi de uma natureza diferente, destacando-se pelo foco em *hard power* no contexto da cooperação militar dentro da NATO. A participação de Portugal na ISAF sob a liderança da NATO reafirmou o compromisso português com as alianças ocidentais, particularmente no domínio da segurança internacional (Branco, 2010). No entanto, ao contrário de Timor-Leste, onde a diplomacia cultural e histórica desempenhou um papel fundamental, no Afeganistão, a PEP foi colocada à prova num cenário dominado pela guerra e pela intervenção militar. Esta missão destacou as limitações de Portugal quando operando fora da sua esfera de influência tradicional e sem laços culturais ou linguísticos que facilitassem a cooperação bilateral (Pereira, 2011).

Embora a missão tenha reforçado as relações dentro da NATO, a intervenção no Afeganistão evidenciou a dependência de Portugal de potências maiores, como os Estados Unidos, para assegurar os seus interesses militares. A missão revelou que, em termos de cooperação bilateral, o impacto foi mais limitado do que em Timor-Leste (Silva, 2019). A falta de laços históricos ou culturais com o Afeganistão contrastou com o sucesso diplomático alcançado em Timor-Leste, onde Portugal soube capitalizar a sua influência cultural para promover uma agenda de desenvolvimento a longo prazo (Branco, 2010).

6.4. Avaliação da Sustentabilidade das Intervenções

A sustentabilidade das intervenções portuguesas em Timor-Leste e no Afeganistão ilustra as diferentes capacidades da PEP em cenários de *soft* e *hard power*. Em Timor-Leste, a intervenção portuguesa foi marcada pela construção de instituições duradouras, que asseguraram a estabilidade do país a longo prazo. A contribuição de Portugal para a reintrodução do português como língua oficial e a sua aposta na educação e no desenvolvimento

institucional foram fatores cruciais para o sucesso do processo de independência de Timor-Leste (Galdino, 2012). Além disso, o apoio ao setor da justiça e da segurança em Timor-Leste ajudou a garantir que o sistema institucional se tornasse sustentável (Moraes, 2014).

A cooperação educacional foi uma das chaves para o sucesso da intervenção em Timor-Leste. Portugal liderou programas de formação de professores e reintroduziu o ensino do português, promovendo a sua língua como uma ponte cultural entre as novas gerações timorenses e a comunidade internacional lusófona (Silva Ferreira, 2019). Esta abordagem garantiu que as reformas institucionais e educacionais fossem integradas no desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, com impacto positivo não só na governação, mas também no reforço das relações multilaterais com a CPLP e com organizações internacionais como as Nações Unidas (Branco, 2010).

Em contraste, a intervenção no Afeganistão foi limitada em termos de sustentabilidade. Embora Portugal tenha participado ativamente na missão da NATO, a intervenção militar focada no uso de *hard power* não conseguiu criar instituições resilientes que garantissem a sustentabilidade a longo prazo. O governo afegão não conseguiu criar bases para a governação estável, com desafios como a corrupção endémica e a fraca infraestrutura política (Pereira, 2011). A queda do regime em 2021, após a retirada das forças internacionais, exemplifica a falta de sustentabilidade das intervenções que dependem exclusivamente de soluções militares (Branco, 2009).

Este fracasso revela as limitações da PEP quando se opera num contexto de intervenção militar, onde a estratégia não inclui uma forte componente de desenvolvimento institucional. A experiência no Afeganistão reforça a importância de estratégias focadas na construção de capacidades locais e no desenvolvimento de infraestruturas políticas e sociais robustas (Caetano, 2012). Ao contrário do sucesso em Timor-Leste, onde a intervenção foi sustentada por esforços educacionais e diplomáticos, no Afeganistão faltou uma visão clara de desenvolvimento a longo prazo, comprometendo o impacto de Portugal na região.

6.5. Desafios e Limitações da Diplomacia Portuguesa

Os desafios enfrentados por Portugal nas intervenções em Timor-Leste e no Afeganistão evidenciam as limitações da sua PEP em diferentes contextos. Em Timor-Leste, o principal desafio foi a limitação dos recursos disponíveis para sustentar uma intervenção de longo prazo (Branco, 2009). Embora a intervenção tenha sido bem-sucedida, com a estabilização do país e a reintrodução da língua portuguesa, Portugal teve de mobilizar recursos multilaterais e garantir

o apoio de organizações internacionais, como as Nações Unidas e a CPLP, para atingir os seus objetivos (Caetano, 2012). A dependência de alianças multilaterais destacou a vulnerabilidade de Portugal quando opera em teatros internacionais sem o suporte de uma rede de parceiros estratégicos (Ferreira, 2019).

Por outro lado, a capacidade de Portugal de alavancar o *soft power* em Timor-Leste foi uma vantagem crucial. A utilização da língua e da cultura como instrumentos diplomáticos permitiu a Portugal garantir uma intervenção eficaz sem a necessidade de grandes recursos financeiros ou militares. Esta abordagem, que tirou partido dos laços históricos com Timor-Leste, mostrou que a PEP tem mais sucesso quando utiliza o *soft power* para influenciar resultados em países com uma relação cultural e histórica pré-existente (Moraes, 2014).

Já no Afeganistão, as limitações da PEP tornaram-se ainda mais evidentes. A participação de Portugal na missão da NATO expôs as fragilidades da sua capacidade militar e logística. A falta de autonomia militar e a dependência de potências como os Estados Unidos para suporte logístico e operacional destacou a incapacidade de Portugal de ter um impacto significativo em operações militares de grande escala (Pereira, 2011). Além disso, o prolongado envolvimento na guerra do Afeganistão gerou críticas internas à PEP, com a opinião pública portuguesa a questionar os benefícios de um envolvimento prolongado num conflito de difícil resolução (Branco, 2009).

A comparação entre Timor-Leste e Afeganistão revela que a PEP precisa de ser ajustada conforme o contexto da intervenção. Enquanto a diplomacia portuguesa é mais eficaz em cenários onde pode utilizar o *soft power*, como em Timor-Leste, em teatros de *hard power* como o Afeganistão, as limitações materiais e logísticas do país tornam-se mais evidentes, comprometendo a eficácia da sua atuação (Branco, 2010). A experiência destas duas missões sublinha a importância de Portugal continuar a focar-se em missões onde possa maximizar a sua influência diplomática e de desenvolvimento, em vez de se envolver em operações militares sem uma base multilateral forte.

6.6. Impacto na Política Interna e Externa de Portugal

A participação de Portugal nas missões internacionais em Timor-Leste e no Afeganistão gerou impactos significativos tanto na sua política interna quanto na sua política externa. Através da envolvimento em operações militares e humanitárias, Portugal procurou fortalecer a sua posição no cenário internacional, bem como reafirmar os seus compromissos com os princípios de paz e cooperação global.

Do ponto de vista interno, o envolvimento em missões internacionais como as de Timor-Leste e Afeganistão foi essencial para consolidar a percepção de Portugal como um ator global, mesmo sendo um país de dimensões relativamente pequenas. Essas missões ajudaram a fortalecer a coesão nacional em torno de um objetivo comum: o de contribuir para a paz e a segurança internacional.

Particularmente, a missão em Timor-Leste teve um impacto emocional significativo no povo português, devido à longa ligação histórica e cultural entre os dois países. As operações de paz em Timor-Leste contribuíram para fortalecer o sentimento de solidariedade e reafirmar os laços históricos entre as duas nações, com grande apoio da opinião pública. A participação ativa de Portugal na reconstrução de Timor-Leste também foi vista como um reflexo do compromisso nacional em relação à preservação da identidade lusófona e a proteção dos direitos humanos (Silva Ferreira, 2019).

Por outro lado, a intervenção no Afeganistão gerou algum debate e controvérsia dentro de Portugal. Enquanto a participação nas operações da NATO reforçou as alianças internacionais de Portugal, as operações prolongadas e os escassos resultados visíveis geraram críticas internas. A opinião pública, em particular, questionou a legitimidade de uma intervenção militar que não estava diretamente ligada aos interesses estratégicos de Portugal e cujos custos financeiros e humanos eram significativos. Embora o envolvimento no Afeganistão tenha contribuído para reforçar o compromisso com a NATO e garantir a relevância de Portugal nas alianças transatlânticas, internamente a participação foi muitas vezes vista como uma imposição derivada da política externa aliada (Pereira, 2011).

A nível da política externa, as missões em Timor-Leste e no Afeganistão reforçaram a capacidade de Portugal atuar em diversos contextos internacionais, demonstrando flexibilidade tanto em operações de *soft power* como de *hard power*. Em Timor-Leste, a política externa portuguesa centrou-se em ações diplomáticas e de desenvolvimento institucional, posicionando-se como uma nação líder no apoio a novos Estados emergentes. A intervenção em Timor-Leste proporcionou a Portugal uma oportunidade única de reforçar a sua liderança no seio da CPLP, solidificando as relações com outros países lusófonos e promovendo a língua portuguesa como um elemento de diplomacia cultural (Silva, 2019).

No caso do Afeganistão, o impacto na política externa foi diferente. A participação na missão da NATO demonstrou o compromisso de Portugal com a segurança global e com as suas obrigações internacionais, especialmente no seio da NATO. Esta participação também foi vista como uma forma de Portugal fortalecer as suas relações bilaterais com os Estados Unidos e outras potências da Aliança Atlântica. No entanto, o fracasso em estabelecer uma paz

sustentável no Afeganistão trouxe à tona as limitações da PEP em missões militares fora do contexto cultural lusófono, destacando a dependência de Portugal em estruturas multilaterais para assegurar o sucesso das suas operações (Branco, 2010).

Além disso, ambas as missões contribuíram para melhorar a reputação internacional de Portugal como um país pacífico, comprometido com o direito internacional e com a promoção dos direitos humanos. No entanto, o fracasso da missão no Afeganistão também evidenciou a importância de Portugal continuar a priorizar intervenções onde possa capitalizar os seus laços históricos e culturais, ao invés de se envolver em missões de natureza militar que excedam as suas capacidades operacionais (Dias & Freire, 2021).

6.7. A Análise Comparativa em Síntese

A comparação entre as intervenções de Portugal em Timor-Leste e no Afeganistão oferece lições valiosas para a formulação da PEP, destacando as diferentes abordagens e resultados em contextos de *soft power* e *hard power*. O Quadro 6.1, apresentado abaixo, resume esses aspetos comparativos, evidenciando as principais diferenças e semelhanças nas abordagens adotadas por Portugal em cada contexto.

A intervenção em Timor-Leste foi um exemplo claro de como Portugal pode utilizar os seus laços históricos e culturais para promover a paz e a reconstrução de um Estado emergente, reforçando a sua liderança no seio da CPLP e no cenário internacional. Esta missão demonstrou que o *soft power* português, baseado na diplomacia cultural e na cooperação para o desenvolvimento, pode ter um impacto duradouro e positivo, como evidenciado pelo sucesso das reformas institucionais e educacionais em Timor-Leste (Ferreira, 2019). Conforme ilustrado no Quadro 6.1, a missão em Timor-Leste beneficiou-se do alinhamento cultural e linguístico, o que permitiu uma abordagem mais eficiente e menos dependente de estruturas externas.

Em contrapartida, a intervenção no Afeganistão revelou as limitações da PEP quando Portugal participa em operações de *hard power*. Embora a participação na NATO tenha reforçado os compromissos de Portugal com as suas alianças transatlânticas, a falta de laços culturais e históricos e a dependência de estruturas militares externas comprometeram a eficácia da intervenção. No Quadro 6.1, observa-se esta dependência logística, que limitou a autonomia operacional de Portugal e aumentou a vulnerabilidade das suas forças em contextos de guerra prolongada. A incapacidade de criar instituições afegãs resilientes, associada à corrupção e à frágil infraestrutura política, comprometeu os esforços de reconstrução, resultando na queda do governo após a retirada das forças internacionais em 2021 (Pereira, 2011). Esta experiência sublinha que, embora Portugal tenha demonstrado ser um parceiro confiável dentro da NATO, as suas intervenções em cenários de guerra prolongada devem ser abordadas com cautela, considerando as suas limitações materiais e logísticas (Branco, 2009).

Outra lição importante que emerge desta comparação é o papel central das alianças multilaterais na eficácia da PEP. Em ambas as missões, como sintetizado no Quadro 6.1, o sucesso das operações portuguesas foi amplamente dependente do apoio de organizações como a ONU e a NATO. No caso de Timor-Leste, a colaboração com a ONU permitiu a Portugal assumir uma posição de liderança na reconstrução do país, ao passo que, no Afeganistão, a dependência da NATO destacou a fragilidade das operações militares sem uma estratégia de desenvolvimento sustentável (Dias & Freire, 2021). Esta dependência de estruturas multilaterais reforça a necessidade de Portugal continuar a fortalecer as suas capacidades diplomáticas e de desenvolvimento, em vez de se concentrar exclusivamente em operações militares.

Em termos de impacto na política externa, ambas as intervenções ajudaram a consolidar a posição de Portugal como um defensor dos direitos humanos e da segurança global. O Quadro 6.1 evidencia as diferentes dimensões deste impacto: enquanto Timor-Leste consolidou o papel de Portugal em regiões culturalmente próximas, o Afeganistão reafirmou a sua posição em alianças de segurança transatlânticas. No entanto, o fracasso no Afeganistão também evidenciou que a PEP deve ser ajustada conforme as realidades locais e as capacidades operacionais de Portugal. A experiência em Timor-Leste, por outro lado, mostrou que Portugal tem maior sucesso em intervenções onde pode capitalizar os seus laços culturais e históricos, o que reforça a importância de se concentrar em regiões onde a diplomacia e o desenvolvimento possam ser as principais ferramentas de intervenção (Silva Ferreira, 2019; Branco, 2010).

Dessa forma, a conclusão que se pode extrair dessas missões é que Portugal deve continuar a priorizar intervenções baseadas no *soft power*, onde as suas capacidades diplomáticas e culturais podem ser plenamente utilizadas. Como sugerido no Quadro 6.1, as intervenções militares, embora importantes para reforçar alianças internacionais, devem ser cuidadosamente consideradas, e o envolvimento em missões de *hard power* só deve ser empreendido quando há uma clara estratégia de apoio multilateral que possa garantir o sucesso a longo prazo (Freire & Barradas, 2021).

Quadro 6.1 – Comparação das Missões de Portugal em Timor-Leste e Afeganistão

Categoria	Missão em Timor-Leste	Missão no Afeganistão
Contexto Político	Estado em processo de independência e reconstrução institucional, aliado cultural e histórico de Portugal	Cenário de guerra prolongada com instabilidade política e forte influência da NATO e dos EUA
Tipo de Intervenção	<i>Soft power</i> – Diplomacia cultural e cooperação para o desenvolvimento, reconstrução e apoio institucional	<i>Hard power</i> – Operação militar sob comando da NATO, focada na segurança coletiva e combate ao terrorismo
Objetivos da Missão	Estabilização e desenvolvimento de instituições democráticas, suporte em saúde e educação	Combate ao terrorismo, estabilização e treinamento das forças de segurança afegãs
Aliança Principal	ONU e CPLP	NATO
Autonomia Operacional	Maior autonomia com adaptação às necessidades locais, maior flexibilidade em estratégias de desenvolvimento	Forte dependência logística e operacional da NATO, limitações impostas pela estrutura militar multinacional
Conexão Cultural e Linguística	Alta – Uso da língua portuguesa e de laços culturais como facilitadores	Baixa – Diferenças culturais e linguísticas limitaram a eficácia das estratégias de aproximação e cooperação

Dependência Logística	Reduzida, com maior controle das operações, recurso a estruturas da ONU	Elevada, limitada pela necessidade de suporte tecnológico e logístico da NATO e de aliados estratégicos
Resultados e Impacto Local	Sucesso na reforma institucional e educacional, consolidação da paz e desenvolvimento sustentável	Resultados limitados; dificuldade na criação de instituições resilientes, queda do governo após retirada da NATO
Impacto nas Relações Internacionais	Reforço da liderança de Portugal na CPLP, consolidou imagem de defensor da paz e direitos humanos	Reforço da aliança transatlântica, porém impacto negativo com a queda do governo afegão e retirada das forças
Lições para a PEP	Efetividade de intervenções baseadas em <i>soft power</i> , valorização das afinidades culturais para cooperação	Necessidade de cautela em intervenções de <i>hard power</i> , limitação da PEP em cenários de guerra prolongada
Perspetiva Multilateral	Colaboração com a ONU permitiu papel de liderança, facilitou ações sustentáveis e alinhadas ao contexto local	Dependência da NATO evidenciou fragilidades sem uma estratégia de desenvolvimento sustentável
Conclusão para Futuras Missões	Priorizar intervenções culturais e diplomáticas, promovendo o <i>soft power</i> em países lusófonos	Considerar apenas intervenções de <i>hard power</i> com apoio multilateral claro, foco na sustentabilidade e parceria

Conclusões

Esta dissertação investigou de que forma a participação de Portugal em missões internacionais de paz contribuiu para a afirmação do país como um Estado democrático e para a sua inserção no sistema internacional. Com foco nas missões em Timor-Leste e no Afeganistão, observou-se que essas intervenções consolidaram o papel de Portugal como promotor de valores democráticos, direitos humanos e estabilidade global, além de fortalecerem a sua posição nas principais alianças de segurança. Em resposta à questão central — sobre como o envolvimento em missões internacionais foi crucial para a afirmação de Portugal enquanto Estado democrático e a sua inserção no sistema internacional — conclui-se que a participação em operações de paz tem sido uma componente estratégica e multifacetada da Política Externa Portuguesa, promovendo não só a defesa de valores, mas também o aprofundamento das relações transatlânticas e a influência de Portugal em cenários multilaterais (Dias & Freire, 2021).

No caso de Timor-Leste, Portugal atuou como um mediador e defensor da autodeterminação, demonstrando uma diplomacia de *soft power* que fortaleceu os laços históricos e culturais com o país, ao mesmo tempo em que projetou uma imagem de parceiro comprometido com o desenvolvimento e a reconstrução institucional. Este papel permitiu que Portugal não só ajudasse a moldar o futuro de Timor-Leste, mas também consolidasse a sua posição como um promotor da paz em territórios com os quais possui afinidades culturais e linguísticas. Essa atuação revelou a capacidade de Portugal de utilizar suas conexões culturais para influenciar positivamente o processo de paz e a estabilidade institucional de outros Estados, destacando a dimensão solidária da sua política externa (Sá, 2016).

Em contraste, a intervenção no Afeganistão refletiu uma abordagem de *hard power*, no âmbito de uma aliança estratégica com a NATO, onde Portugal colaborou com aliados para enfrentar ameaças à segurança global, nomeadamente o terrorismo. Embora esta intervenção tivesse um perfil militar e focado em operações de alta intensidade, destacou também os desafios e as limitações de Portugal, tais como a dependência de recursos logísticos e tecnológicos dos aliados. No entanto, este envolvimento evidenciou a capacidade de Portugal de se adaptar a cenários de alto risco e a importância do seu papel na promoção da segurança coletiva. A experiência no Afeganistão sublinhou que Portugal é um aliado capaz de responder com flexibilidade e compromisso a exigências de segurança internacional, o que reforça a sua posição dentro das alianças transatlânticas e valoriza a sua presença na NATO (Branco, 2009).

A atuação das SOF portuguesas no Afeganistão adiciona uma dimensão estratégica à PEP, demonstrando como Portugal utiliza forças de elite como instrumentos de diplomacia e projeção de influência em contextos de segurança complexos. A presença prolongada das SOF na RSM permitiu a Portugal assumir um papel ativo na formação e apoio às forças de segurança afegãs, colaborando diretamente com o desenvolvimento de capacidades locais e com a estabilidade regional (Reis & Menezes, 2020). Esta intervenção é um exemplo de como Portugal tem explorado novas dinâmicas de influência baseadas em valores democráticos, promovendo o Estado de Direito e os direitos humanos em cenários de fragilidade política. Através das SOF, Portugal não só solidificou a sua reputação como parceiro de confiança na NATO, mas também contribuiu para a construção de capacidades em Estados frágeis, projetando-se como um Estado que valoriza a paz e a estabilidade internacional.

As respostas às subquestões permitem aprofundar esta conclusão, ao explorar como as missões de paz moldaram a abordagem de Portugal à cooperação internacional e resolução de conflitos. Em Timor-Leste, a atuação baseada em *soft power* mostrou-se eficaz ao utilizar laços culturais para fortalecer a posição de Portugal como parceiro de desenvolvimento. No Afeganistão, a integração numa missão de *hard power* revelou a capacidade de Portugal de se adaptar às exigências do contexto, demonstrando uma política externa que equilibra diplomacia cultural com alianças de segurança robustas (Roque, 2013). Em relação à segunda subquestão, a participação portuguesa contribuiu significativamente para o fortalecimento das suas alianças estratégicas, reforçando a presença de Portugal na NATO e promovendo o prestígio do país em organizações como a ONU. Através dessas intervenções, Portugal posicionou-se como um aliado confiável e comprometido com a segurança internacional, aumentando a sua visibilidade e influência nas principais esferas multilaterais (Dias et al., 2021).

Adicionalmente, a terceira subquestão revelou que a atuação em Timor-Leste foi um marco na dissociação de Portugal do seu passado colonial. Esta intervenção foi especialmente simbólica, projetando uma nova narrativa de cooperação e solidariedade e reforçando a identidade portuguesa como promotora de paz e de respeito pela soberania dos Estados. Esta mudança posiciona Portugal não apenas como um Estado democrático e solidário, mas também como um ator estratégico na resolução pacífica de conflitos, capaz de se distanciar do passado colonial e afirmar-se num papel de mediador e apoiante do desenvolvimento (Teixeira, 2013).

Para o futuro, o envolvimento de Portugal em missões de paz e segurança continua a ser uma prioridade estratégica, especialmente em regiões onde os laços culturais ou linguísticos permitem uma maior empatia e um impacto mais duradouro. Em contextos de *soft power*, como os países lusófonos, a estratégia de apoio ao desenvolvimento e à estabilidade institucional continua a ser promissora, permitindo a Portugal aprofundar a sua influência de forma pacífica e colaborativa. Em operações de *hard power*, o país deve continuar a fortalecer a sua capacidade de resposta e a cooperação com aliados, assegurando uma presença eficiente e minimizando custos através da coordenação logística e tecnológica com parceiros (Vales, 2013).

Contudo, a experiência no Afeganistão revelou uma limitação relevante: a dependência logística e material de aliados em operações de alta intensidade. Para colmatar essa limitação, pesquisas futuras poderiam explorar a possibilidade de Portugal aumentar a sua autonomia operacional, investindo em tecnologia e treinamento especializado que reduza a necessidade de suporte externo. Além disso, o impacto a longo prazo das intervenções de Portugal nos contextos locais, particularmente no tecido social e nas infraestruturas, merece maior investigação. Compreender como as missões de paz influenciam a estabilidade e o desenvolvimento a longo prazo permitirá uma avaliação mais completa da efetividade da PEP na promoção de segurança e desenvolvimento sustentável em contextos internacionais fragilizados.

Apesar de ser um país pequeno e com um efetivo militar reduzido, estimado em cerca de soldados ativos, a situação das Forças Armadas Portuguesas foi recentemente descrita como “insustentável” por generais que apelaram por uma atenção mais urgente à defesa nacional, especialmente no atual contexto de crescente instabilidade global (Marcelino, 2024). Mesmo com essas limitações de tamanho e recursos, Portugal mantém uma presença ativa e significativa em missões de paz internacionais. Esta capacidade de se afirmar no cenário internacional, apesar dos recursos militares limitados, demonstra a relevância estratégica do país em contextos multilaterais e reforça a sua imagem como um aliado comprometido com a segurança coletiva e com a promoção de uma ordem internacional baseada em princípios democráticos.

Em conclusão, a participação de Portugal em missões internacionais de paz consolidou a sua posição enquanto Estado democrático, comprometido com valores universais e com a estabilidade internacional. Através de uma política externa que equilibra *soft* e *hard power*, Portugal tem demonstrado a sua capacidade de adaptação e resiliência, solidificando o seu papel como coprodutor de segurança global e defensor de uma ordem internacional baseada em princípios democráticos. O compromisso contínuo com essas operações reforça a imagem de Portugal como um aliado confiável e um parceiro estratégico, que não só responde aos desafios de segurança globais, mas também promove a paz e o desenvolvimento de forma responsável e sustentável.

Referências Bibliográficas

- AFEGANISTÃO. Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan pending the Re-Establishment of Permanent Government Institutions («Bonn Agreement»). 2001.
- ARNOLD, M. B. Challenges too strong for the nascent state of Timor-Leste: petitioners and mutineers. *Asian Survey*, 2009, 49(3): 429-449.
- BARANY, Z.; RAUCHHAUS, R. Explaining NATO's resilience: is international relations theory useful? *Contemporary Security Policy*, 2011, 32(2), pp. 286-307.
- BARBOSA, G. B. D. Tendências e problemas atuais das missões de peacekeeping: os casos da AMIS e da UNAMID. *Revista Cadernos Internacionais*, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12864/12864.PDF>.
- BBC. Afeganistão: a guerra explicada em 10 pontos. *G1 Globo*, 8 de julho de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/07/08/afeganistao-a-guerra-explicada-em-10-pontos.ghtml>.
- BERNARDINO, L.; SANTOS, Á. dos. The Portuguese contribution to the creation of the Falantil - defence forces of East Timor. *Journal of the Spanish Institute for Strategic Studies*, 2018, 12: 299-323.
- BRANCO, C. M. A participação de Portugal em operações de paz: Êxitos, problemas e desafios. e-cadernos CES, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/365>.
- BRANCO, C. M. A participação portuguesa em missões de paz da ONU. *Relações Internacionais*, n.º 47, setembro 2015, pp. 101-126. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317470503_A_participacao_portuguesa_em_missoes_de_paz_da_ONU.
- BRANCO, C. M.; GARCIA, F. P.; SANTOS PEREIRA, C. Portugal e as Operações de Paz. Lisboa: Prefácio, 2009.
- BRANCO, L. O envolvimento militar de Portugal no Afeganistão: Estratégias e Desafios. In: *Revista Militar*, 259(3), 2009, pp. 12-34.
- BRAZ, C. M. A participação militar portuguesa em Timor-Leste e o impacto nas dinâmicas informais da reconstrução da paz. In: FREIRE, M. R. (org.). *Consolidação da Paz e a Sua Sustentabilidade: as Missões da ONU em Timor-Leste e a Contribuição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, 157-182.
- CARREIRAS, H. Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da partida da Força Nacional Destacada - FFZ Lituânia. AT1, Lisboa, 1 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes>.
- CARREIRAS, H. O que pensam os militares portugueses do peacekeeping? Repositório ISCTE-IUL, 1999. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13809/1/O%20que%20pensam%20os%20militares%20portuguese%20do%20peacekeeping1.pdf>.
- CARRILHO, M. Os Conflitos nos Balcãs e a Redefinição das Missões Internacionais. *Estratégia - Revista de Estudos Internacionais*, n.º 14, 1999. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI).
- CARVALHO, A. A Actividade Logística em Missões de Manutenção de Paz. *Comum RCAAP*, 2008. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12506/1/TII_MAJ_CANHOTO%20CARVALHO.pdf.

- CSNU. Resolution 1410 (2002) / adopted by the Security Council at its 4534th meeting, on 17 May 2002. Disponível em: <https://digitalibrary.un.org/record/464858?In=en>.
- DIAS, J. A Política Externa Portuguesa e as Missões de Paz: Contexto e Perspectivas. Lisboa: Edições Almedina, 2019.
- DIAS, V. A. (org.). A participação de Portugal em missões internacionais: uma política externa em mudança. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2023.
- DIAS, V. A. O contributo português nos 20 anos de intervenções internacionais militares no Afeganistão (2001-2021). *Relações Internacionais*, n.º 78, junho de 2023, pp. 5-16.
- DIAS, V. A., & FREIRE, M. R. A participação de Portugal em missões internacionais e a concretização do interesse nacional: tendências, retorno político e recomendações. Coimbra: Estudo Geral UC, 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104813>.
- DIAS, V. A.; FREIRE, M. R.; ROCHA, J. A participação de Portugal em missões internacionais como eixo estratégico de política externa. *Nação e Defesa*, n.º 159, agosto 2021, pp. 119-150.
- DIAS, V., & FREIRE, M. R. A política externa portuguesa e as missões de paz: Timor-Leste e Afeganistão em perspetiva. *Revista de Relações Internacionais*, 16(1), 2021, pp. 45-67.
- ESCARAMEIA, P. Reflexões sobre Temas de Direito Internacional: Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.
- FAGANELLO, P. Operações de Manutenção da Paz da ONU. Brasília: Funag, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>.
- FERNANDES, F. O Three Block War e a sua aplicação no Exército Português. *Comum RCAAP*, 2008. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6969>.
- FLOCKHART, T. Towards a strong NATO narrative: from a 'practice of talking' to a 'practice of doing'. *International Politics*, 2012, 49(1), pp. 78-97.
- FREIRA, M. R. Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal. Estudo Geral UC, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/41481/1/Consolida%C3%A7%C3%A3o%20da%20paz%20e%20a%20sua%20sustentabilidade.pdf>.
- FREIRE, M. R. Intervenção Internacional e Conflitos Pós-Coloniais: O Caso de Angola. *Relações Internacionais*, (2), 2002, p. 45-67.
- GAIOLAS, A. A participação da força aérea portuguesa na ISAF. *Boletim Ensino Investigação*, 2010, 9, pp. 55-88.
- GALDINO, C. F. Nasce um Estado: a construção do Timor-Leste. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Programa San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96020/galdino_cf_me_mar.pdf.
- GARCIA, F. P.; DIAS, M.; DUQUE, R. A ONU na resolução de conflitos: o caso de Timor-Leste. *Janus.net - e-journal of International Relations*, 2019, 10(2): 1-12.
- HISTORY.COM EDITORS. Afghanistan War. History: A&E Television Networks, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.history.com/topics/21st-century/afghanistan-war>.

- HOLLAND, J.; AARONSON, M. Dominance through coercion: strategic rhetorical balancing and the tactics of justification in Afghanistan and Libya. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 2014, 8(1), pp. 1-20.
- HOOD, L. Security sector reform in East Timor, 1999-2004. *International Peacekeeping*, 2006, 13(1): 60-77.
- JESUS, F. da P. de. Segurança e defesa em Timor Leste. *Povos e Culturas*, 2015, 19: 587-592.
- KEMER, T., PEREIRA, A. E., & BLANCO, R. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. *Revista de Sociologia e Política*, 2016.
- KINGSBURY, D. *East Timor - The Price of Liberty*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.
- MAGALHÃES, A. B. de. *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia: Notas Democráticas*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MARCELINO, J. Número de militares em mínimo histórico. Generais relatam situação "insustentável". *Diário de Notícias*, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.dn.pt/4962899150/numero-de-militares-em-minimo-historico-generais-relatam-situacao-insustentavel/>.
- MARKER, J. *Timor-Leste - Relato das Negociações para a Independência*. 2009.
- MARTIN, I.; MAYER-RIECKH, A. The United Nations in East Timor: from self determination to state-building. *International Peacekeeping*, 2005, 12(1): 125-145.
- MARTINS, B. O.; PINÉU, D. Security and Geostrategy. In: FERNANDES, J. M.; MAGALHÃES, P. C.; PINTO, A. C. (eds). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- MDN. 118 militares partiram para o Afeganistão, 14 de janeiro de 2021.
- MDN. Convite aos OCS: militares do exército em missão no Afeganistão regressam esta madrugada a Portugal, 13 de novembro de 2018.
- MENDES, C. C. *A Boa Cidadania Internacional de Portugal: Os Casos de Timor-Leste e do Sahara Ocidental*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, 2019.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. Portaria n.º 908/99 - define a participação portuguesa na área da Austrália/Timor-Leste da fragata Vasco da Gama. *Diário da República*, 1999, n.º 240/1999, série I-B, de 14 de outubro: 6926.
- MORAES, G. R. Caracterização de práticas de governança territorial no processo de desenvolvimento contemporâneo em Timor-Leste: análises a partir da questão da formação profissionalizante. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/123998/1/000830338.pdf>.
- NASCIMENTO, D. As estratégias de resposta a conflitos violentos e de (re)construção da paz: Uma análise crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5769>.
- NATO. Interview with lieutenant-general Götz Gliemeroth, commander of NATO forces in Afghanistan, 11 de agosto de 2003.
- NATO. *NATO Logistics Handbook*. Bruxelas: NATO HQ, 2012.
- NATO. *Resolute support mission in Afghanistan (2015-2021)*, 2022.
- NATO. Tratado do Atlântico Norte, 4 de abril de 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt.

- NOETZL, T.; SCHREER, B. Does a multi-tier NATO matter? The Atlantic alliance and the process of strategic change. *International Affairs*, 2009, 85(2), pp. 211-226.
- OLIVEIRA, G. C. O conceito de estabilização: implicações no campo das operações de paz contemporâneas. *Carta Internacional*, 2020. Disponível em: <http://cartainternacional.abri.emnuvens.com.br/Carta/article/view/1019>.
- OLIVEIRA, J. M. A Revolução dos Cravos e a Transição para uma Política Externa Democrática. *Revista de História Portuguesa*, 12(3), 2016, p. 123-147.
- PEREIRA, A. M. Reconstrução e Edificação do Pilar Defesa Nacional. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2011. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12006/1/TII%20COR%20Ant%C3%B3nio%20Martins%20Pereira_Draft%20%20JulRevFinal.pdf.
- PEREIRA, P. S. C. A Política Externa Portuguesa. Portal Diplomático, 24 set. 2018. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/politica-externa>.
- PEREIRA, S. Timor-Leste - missão cumprida - destacamento aéreo Alonette III. *Revista da Força Aérea Portuguesa - Voar Mais Alto*, 2003, 341: 31-39.
- PINTO, A. C. The transition to democracy and Portugal's decolonization. In: LLOYD-JONES, S., PINTO, A. C. (eds). *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol and Portland: Intellect Books, 2003, pp. 17-35.
- PINTO, M. C. Portugal: a participação em missões de paz como fator de credibilização externa. *Janus.net, e-journal of International Relations*, vol. 3, n.º 1, Primavera 2012, pp. 66-78. Disponível em: https://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art3.
- PIRES, M. L. Descolonização de Timor: Missão Impossível?. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- PUSHKINA, D.; MAIER, P. United Nations peacekeeping in Timor-Leste. *Civil Wars*, 2012, 14(3): 324-334.
- RAMOS-HORTA, J. Timor-Leste, Amanhã em Dili. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.
- REES, E. UN's failure to integrate Falintil veterans may cause East Timor to fail. Online opinion - Australia's e-journal of Social and Political Debate, 2003. Disponível em: <http://www.onlineopinion.com.au/view.asp?article=666>.
- REIS, J., & MENEZES, S. The Portuguese Special Operations Forces as Instrument of Foreign Policy: The Case Study of Afghanistan. In: Á. Rocha & R. P. Pereira (Eds.), *Developments and Advances in Defense and Security*. Singapore: Springer, 2020.
- RICHMOND, O.; FRANKS, J. *Liberal Peace Transitions - Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009, 83-108.
- RODRIGUES, D. As forças armadas portuguesas no Afeganistão. *Nação e Defesa*, 2011, n.º 130, pp. 131-155.
- ROQUE, P. A política externa portuguesa e a NATO: Análise de cooperação e desafios. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2013.
- SÁ, J. Portugal e o soft power nas relações internacionais. Porto: Universidade do Porto, 2016.
- SANTOS, J. Portugal e a Segurança Internacional: Enquadramento e Interesses Estratégicos. *Nação e Defesa*, 128(1), 2011, p. 35-56.
- SANTOS, M. Portugal nas operações de paz. A participação nacional no processo de tomada de decisão internacional. In: BRANCO, C. M.; GARCIA, F. P.; SANTOS PEREIRA, C. *Portugal e as Operações de Paz*. Lisboa: Prefácio, 2009.

- SARAIVA, L. A União Europeia na gestão de crises. *Nação e Defesa*, 2010. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4714/1/NeD127_LuisSaraiva.pdf.
- SCHMITT, O. International organization at war: NATO practices in the Afghan campaign. *Cooperation and Conflict*, 2017, 52(4), pp. 502-518.
- SCHREER, B.; WALDMAN, T. Strategy on Autopilot. In: *Strategy in Asia: The Past, Present, and Future of Regional Security*. Taylor & Francis, 2019.
- SCHREER, B.; WALDMAN, T. Strategy on autopilot: resolute support and the continuing failure of Western strategy in Afghanistan. In: SCHREER, B.; TAN, A. (orgs.). *Terrorism and Insurgency in Asia: A Contemporary Examination of Terrorist and Separatist Movements*. Londres: Routledge, 2019, pp. 58-71.
- SEPÚLVEDA, A. de B. O contingente nacional no Afeganistão - resolute support mission. *Jornal do Exército*, 2016.
- SILVA FERREIRA, N. F. Portugal e Timor-Leste: A língua como elemento central da cooperação entre os dois Estados. 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123574/2/363490.pdf>.
- TEIXEIRA, N. Breve ensaio sobre a política externa portuguesa e a sua evolução pós-colonial. *Revista de Relações Internacionais*, 28(1), 2013, pp. 51-60.
- TEIXEIRA, N. S. *Contributos para Uma Política de Defesa*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 2009.
- TEIXEIRA, N. S. *Política externa e alianças estratégicas de Portugal na NATO*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2009.
- TEIXEIRA, N. S. Portugal e o multilateralismo no pós-guerra fria: da cooperação regional à segurança coletiva. *Nação e Defesa*, 2010.
- VALES, A. *Portugal em missões de paz: desafios e futuras direções*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2013.
- XAVIER, A. I., & ACTIS, E. *Integração europeia, Federalismo e o lugar de Portugal (1960-2002)*. Repositório UAL, 2020. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4654/1/en_vol4_n1.pdf.